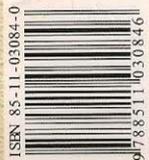


Mao

O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

"Há sempre razão para se revoltar". O marxismo, dizia Mao, poderia ser sintetizado neste princípio. Em sua trajetória de luta incessante, na guerrilha nas montanhas, na Longa Marcha, na sutil elaboração dialética em Yenan, no momento da libertação da China em 1949, em seu mal-estar com o "socialismo" e em seus esforços para prosseguir a revolução dentro da revolução – que culminam com a revolução cultural, Mao procurou sempre ser fiel a este princípio. É essa história que iremos acompanhar, como um processo complexo, contraditório, mas que, mesmo em seus limites, deixa expostas as "razões" para a emancipação dos trabalhadores.



brasiliense **B**

Coleção
**Encanto
Radical**

Márcio Bilharinho Naves

Mao

84

B

Coleção
**Encanto
Radical**



Mao

O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Márcio Bilharinho Naves

editora brasiliense

Mao
O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Mao
O PROCESSO DA REVOLUÇÃO

Márcio Bilharinho Naves

editora brasiliense

Copyright © Márcio Bilharinho Naves, 2005

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora

ISBN: 85-11-03084-0
Primeira edição, 2005

Coordenação editorial e de produção: Célia Rogalski

Produção editorial: Thiago Lima

Produção gráfica e capa: Renato Antonio

Preparação: Beatriz de Cássia Mendes

Revisão: Luiz Ribeiro e Beatriz de Cássia Mendes

Editoração: Patrícia Rocha

Foto de capa: France Press

Capa: Marina S. Lo Schiavo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Naves, Márcio Bilharinho

Mao : o processo da revolução / Márcio Bilharinho Naves.

São Paulo : Brasiliense, 2005. -- (Encanto radical ; 84)

Bibliografia.

ISBN 85-11-03084-0

1. China - Condições sociais
2. China - História
3. China - Política e governo
4. Comunismo - China
5. Mao, Tse-tung, 1893-1976
- I. Título. II. Série.

05-2819

CDD-320.53230951

Índices para catálogo sistemático:

1. China : Maoísmo : Ciência política
320.53230951

editora brasiliense s.a.

Rua Airi, 22 - Tatuapé - CEP 03310-010 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (550xx11) 6198-1488

www.editorabrasiliense.com.br

livraria brasiliense s.a.

Rua Emília Marengo, 216 - Tatuapé - CEP 03336-000 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (550xx11) 6675-0188

livrariasbrasiliense@editorabrasiliense.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O período de formação	
Juventude e revolta	9
Escola e política	13
A fundação do Partido Comunista	18
Aliança e ruptura com o Kuomintang	20
A cooperação com o Kuomintang	20
O início da guerra civil	23
A segunda guerra civil	25
Nos Montes Jinggang	25
A ofensiva do Kuomintang e a Longa Marcha	27

Filosofia e política	29
O primado da prática	30
A materialidade da contradição	33
A resistência contra a invasão japonesa	39
A terceira guerra civil	42

Capítulo 2 – Construindo o “socialismo”?

A nova democracia	47
Reconstrução econômica e reforma agrária	47
Atacando os contra-revolucionários	53
As campanhas dos três antis e dos cinco antis	54
O primeiro plano quinquenal	56
O Grande Salto Adiante	58
O Movimento de Educação Socialista	61
O rompimento com a União Soviética	63
Mao e a “restauração do capitalismo”	64

Capítulo 3 – A Revolução Cultural

Os momentos iniciais	74
A Circular de 16 de maio	78

Os grupos de trabalho e o triunfo dos maoístas	81
A Guarda Vermelha	86
A revolução de janeiro	89
A Comuna de Xangai e os Comitês Revolucionários	90
A revolução em <i>sursis</i>	92
Os militares como <i>deus ex machina</i>	92
Estabilizando a revolução:	
a Grande União e a Tríplice União	94
Lutando contra a corrente: a “ultra”-esquerda	94
A revolução interrompida	96
O significado da Revolução Cultural	99
Os limites da Revolução Cultural e do marxismo de Mao	104
Que revolução?	104

Referências bibliográficas

Cronologia

Sobre o autor

118

CAPÍTULO 1

O PERÍODO DE FORMAÇÃO

Juventude e revolta

Mao Tsé-tung* nasceu no dia 26 de dezembro de 1893, em Shaoshan, na província de Hunan, no sul da China, em uma família de camponeses que tinham conseguido ascender socialmente de uma situação de pobreza para uma situação materialmente confortável, para o padrão da época e do meio em que viviam. Seu pai possuía cerca de 1,5 hectare de terra, o que lhe permitia produzir anualmente algo em torno de 5 toneladas de arroz (com um excedente de aproximadamente 3 toneladas), além de também se dedicar ao comércio.

* Na transcrição dos nomes chineses foi adotado o sistema pinyin, exceto em alguns poucos casos em que se deu preferência ao sistema Wade-Giles, antigamente mais utilizado.

A relação de Mao com o seu pai sempre foi difícil em virtude da estrutura patriarcal que dava ao chefe da casa poderes autocráticos e autoridade incontestada sobre os outros membros da família. Homem duro, que trazia em si as marcas da origem e das dificuldades da vida, tratava com aspreza e rigor os seus filhos, muitas vezes surrindo-os, negando-lhes dinheiro e ofertando a eles comida apenas suficiente para as necessidades básicas. Mao nos conta em sua autobiografia que a cada 15 dias seu pai fornecia aos empregados ovos com arroz, mas aos filhos jamais tal “regalia” foi concedida. Sua mãe, ao contrário, era uma pessoa amável e generosa, “sempre disposta a repartir o que possuía”, capaz de gestos de caridade para com os famintos que vinham até ela solicitar comida; no entanto, tinha que dar o arroz para os pobres escondido do marido, que não aprovava tal comportamento, provocando “numerosas discussões em casa”, como lembra Mao.

Em decorrência disso, Mao descreve a situação em sua família como sendo caracterizada pela existência de dois “partidos”: o da autoridade dirigente, o partido do seu pai, e o partido da oposição, constituído por ele, por sua mãe, pelo seu irmão e, muitas vezes também, pelo empregado da família. Formou-se, assim, uma “frente unida” da oposição, na qual, entretanto, havia diferenças sobre as formas de luta: a mãe não admitia o confronto direto e a rebelião aberta contra o chefe da família, defendendo uma “política de ataque indireto”.

Mao recorda um incidente particularmente expressivo desse “combate dialético” que ocorria na sua família. Quando ele tinha 13 anos, o pai, na frente de vários convidados, acusou-o de preguiçoso e inútil, ao que ele reagiu abandonando a casa e ameaçando jogar-se de um açude. Após intensas negociações essa “guerra civil” termina com um acordo, no qual Mao aceita inclinar-se em sinal de submissão, como manda a tradição, mas apenas uma vez, enquanto seu pai se abstém de castigá-lo, disso resultando para ele a lição de que “quando defendia os meus direitos rebelando-me abertamente, meu pai cedia, mas quando permanecia humilde e submisso, me xingava e me agredia”.

Mao trabalhava no campo desde os 6 anos, tarefa que acumulou com os estudos iniciados aos 8 anos. A disciplina na escola era duríssima, com freqüentes castigos físicos, o que levou-o, aos dez anos a fugir da escola e, com medo de ser castigado, a vagar por alguns dias. Após retornar para casa a situação sofreu uma considerável melhora, tanto da parte do pai como do professor, impressionando muito a Mao o resultado desse seu ato de protesto, uma verdadeira “greve vitoriosa”.

Mao teve de interromper os estudos, aos 13 anos, por decisão do pai e dedicar-se integralmente ao trabalho agrícola e à contabilidade dos negócios da família. Embora conhecesse os clássicos, tinha preferência pelas novelas populares da antiga China, sobretudo as que narravam as rebeliões de camponeses e as aventuras de heróis bandidos

contra os proprietários de terras e os tribunais. Mesmo fora da escola, continuou a ler literatura e textos políticos, como *Palavras de advertência a uma época de riqueza*, de Zheng Guanying, um libelo a favor da modernização econômica e política da China por meio da introdução da tecnologia ocidental e da adoção da monarquia constitucional, mas ao mesmo tempo uma denúncia da dominação estrangeira no país. Esse livro, nos diz Mao, estimulou-o a querer prosseguir os estudos, o que o levou, em virtude da oposição do pai, a deixar a casa e, depois de algum tempo, aos 16 anos, a matricular-se na Escola Primária em Xiangxiang.

Nesse período, Mao seria muito influenciado por uma série de revoltas ocorridas em Changsha, que era a capital de Hunan, e em Shaoshan, fruto da fome e do desprezo e da violência dos proprietários de terras e das autoridades contra os camponeses. Não obstante, Mao não aprovava completamente a expropriação de alimentos que os camponeses realizavam para saciar a fome. Em um episódio que envolveu um carregamento de trigo de seu pai, de que esses esmoeados se apropriaram, Mao diz que não concordou com a reação colérica do pai, mas que também achava que os famintos “tinham se equivocado ao empregar esse método”.

Esses episódios acabaram por forjar “definitivamente meu espírito de jovem já inclinado à rebeldia”. Mao também considera que nessa época ele começa a tomar consciência política dos problemas de seu país, o que o levou a “começar a trabalhar... para ajudar a salvar” a China. Os intelectuais e

os jovens chineses eram particularmente sensíveis à questão nacional em virtude da situação peculiar do domínio imperialista no país. Embora os chineses conservassem um governo independente, as grandes potências estrangeiras dominavam significativas extensões do território costeiro do país, onde exerciam a administração, a jurisdição e mantinham forças armadas. Os inúmeros incidentes armados, guerras punitivas, abusos e crimes cometidos pelos ocupantes geraram a revolta e a tomada de consciência antiimperialista de várias gerações de chineses, e a de Mao foi uma delas.

Escola e política

Na Escola Primária Mao demonstra grande interesse pela corrente nacionalista e reformista liderada por Kang Youwei e Liang Qichao, que estiveram à frente do Movimento de Reforma de 1898 e defendiam uma monarquia constitucional.

Pouco tempo depois, Mao se transfere para a capital de Hunan, Changsha, onde se matricula na Escola Secundária. Lá, entra em contato com o jornal do movimento nacionalista republicano de Sun Yat-sen, e toma conhecimento dos levantes armados conduzidos por Huang Xing, líder, juntamente com Sun, da organização *Tongmenhui* (sociedade dos conjurados). Mao se entusiasma a tal ponto com o clima de agitação política que, embora ainda seja um pouco confuso politicamente, resolve alistar-se no exército revolucionário republicano na cidade de Wuhan, mas, antes que possa par-

tir, a revolução chega às portas da própria Changsha. É essa a revolução republicana de 1911, que derrubaria a monarquia na China, e Mao une-se ao exército revolucionário “para ajudar na vitória da revolução”. Nos seis meses em que passou mobilizado Mao não teve uma participação efetiva na revolução, mas nesse período adquiriu mais experiência política, com discussões e leituras, e teve contato, pela primeira vez, com a expressão “socialismo”. Uma vez desmobilizado, e após um curto período de indefinição sobre o que estudar, Mao passa alguns meses em uma escola secundária em Changsha e, a seguir, decide estudar como autodidata. Passa então os dias na Biblioteca Provincial de Hunan seguindo um programa de estudos preparado por ele, seguido com “consciência e regularidade”. Estuda geografia e história e lê *A riqueza das nações*, de Adam Smith, *A origem das espécies*, de Darwin, *a Lógica*, de Spencer e *O espírito das leis*, de Montesquieu, além de obras de John Stuart Mill e de Rousseau.

Após essa experiência, Mao resolve tornar-se professor e matricula-se na Escola Normal de Hunan, onde permanecerá de 1913 até formar-se, em 1918. Foram anos importantes na sua formação, pois foi nesse período que suas idéias políticas “começaram a tomar forma” e ele participou de algumas “ações sociais”. Com outros colegas ele forma um círculo de discussões sobre temas políticos e filosóficos e praticam “com ardor” a educação física, à qual Mao dá grande relevo, tendo mesmo publicado em uma revista um artigo

FOTO: FRANCE PRESSE



Mao Tsé-tung em 1936.

sobre o assunto em 1917 (“Um estudo de cultura física”). Lidera a fundação de uma sociedade estudantil, a Nova Sociedade de Estudos Populares, além de participar de uma Associação para o Autogoverno dos Estudantes, organizada para combater o conservadorismo da direção da Escola Normal, e de ser o secretário do centro estudantil da escola.

Mao transfere-se para a capital, onde consegue emprego como bibliotecário-assistente na Universidade de Pequim, graças ao empenho de seu antigo professor de moral na Escola Normal e futuro sogro, Yang Changji, que lecionava na Universidade e o recomendara ao bibliotecário, Li Dazhao. A biblioteca era freqüentada pelos luminares da cultura chinesa da época, mas as tentativas que Mao fez para conversar com eles foram frustradas, porque esses homens “não tinham tempo para escutar um bibliotecário-assistente que falava o dialeto do sul”. Mao faz cursos na universidade e interessa-se por literatura anarquista, vindo a integrar em 1919 um Grupo de Estudos Marxistas, fundado por Li Dazhao.

Deixando Pequim em 1919, e após uma curta estada em Xangai, onde fora se despedir de um grupo de amigos que partia para a França no bojo de um programa de estudos e trabalho, Mao se desloca para Changsha, onde encontra uma situação difícil: o governador militar, Zhang Jingyao, simpaticamente dos japoneses, desencadeia uma forte repressão contra as manifestações antinipônicas na cidade, que se seguem aos acontecimentos de 19 de maio em Pequim. Mao participa intensamente das mobilizações comandadas pelos

estudantes, tendo participado da fundação da Associação dos Estudantes Unidos e de outras similares, que organizavam o movimento de massas. Ele se dedicou igualmente a editar duas revistas, que, no entanto, são rapidamente proibidas, o que o obriga a se limitar a escrever no jornal diário da cidade. Em um desses artigos, Mao comenta a trágica história de uma jovem chinesa que prefere o suicídio ao casamento forçado, defendendo a igualdade entre os sexos e o fim desses costumes retrógrados. No final de 1919 Mao organiza uma greve que alcança a quase totalidade dos estudantes de Changsha contra o governador e que consegue obter algum êxito. Mao, porém, se vê obrigado a partir para Pequim em virtude do risco que a sua atividade política poderia lhe acarretar. Na capital, Mao entra em contato com a literatura marxista, lendo uma tradução parcial do *Manifesto do partido comunista*, de Marx e Engels, da *Doutrina econômica de Karl Marx*, de Kautsky e da *História do socialismo*, de Kirkup, convertendo-se “em teoria, e até certo ponto em ação, em um marxista”, e vindo a ser, a partir de então, “realmente um marxista”.

De Pequim, Mao vai para Xangai, onde encontra Chen Duxiu – futuro dirigente do Partido Comunista –, que defende vivamente o marxismo, impressionando-o profundamente. Nessa cidade, Mao emprega-se em uma lavanderia até que surge a oportunidade de vir a dirigir uma escola primária. Ele se casa em 1920 com Yang Kaihui, que viria a ser executada em 1930 na onda repressiva que se abaterá sobre os comu-

nistas. Mao ainda se casará duas vezes, no final de 1930, com He Zizhen, que mais tarde se refugiará em Moscou para tratar da saúde, e com Jiang Qing, em 1939, a qual exercerá um importante papel na Revolução Cultural, sendo depois presa como integrante do chamado “bando dos quatro” – o círculo de dirigentes de esquerda mais próximos de Mao. Ela se suicidará na prisão.

A fundação do Partido Comunista

A Revolução Russa de 1917 e a posterior criação, em 1919, da Terceira Internacional (*Comintern*), impulsionaram o processo de organização de um partido comunista na China. Emissários do *Comintern*, em 1920, entraram em contato com Li Dazhao e Chen Duxiu, do que resultou o surgimento de núcleos comunistas em Pequim e Xangai, e depois em outras cidades. Em Changsha, Mao tomou várias iniciativas, criando um núcleo comunista na cidade e organizando sociedades para o estudo do marxismo e para a difusão de livros e jornais de esquerda vindos de Pequim e de Xangai, além de desenvolver intensa atividade de organização política dos trabalhadores.

Assim, em julho de 1921, ocorreu em Xangai o 1º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), o congresso de fundação, resultado da atividade de seis núcleos em cidades chinesas e de outros no estrangeiro. Compareceram ao Congresso 13 militantes (representando os grupos comunistas já

existentes), entre os quais Mao Tsé-tung, assim como dois representantes do *Comintern*. Lá é eleito secretário-geral Chen Duxiu. O programa então adotado (assim como o aprovado no 2º Congresso, em 1922) recusa a colaboração com a burguesia nacional e defende a independência política do partido e a defesa da ação revolucionária do proletariado.

Mao retorna a Changsha, em abril de 1921, na condição de secretário do Partido Comunista da província de Hunan e passa a realizar um conjunto de atividades tanto de natureza cultural e de educação popular como de natureza diretamente política, seja no interior dos sindicatos, seja na organização de greves e de lutas de massas.

No 3º Congresso do Partido Comunista, em 1923, o representante da Internacional conseguiu vencer as resistências da maioria, levando o Partido a adotar uma política de colaboração e de aliança com as forças do Kuomintang (Partido Nacionalista), de Sun Yat-sen, abandonando a perspectiva de uma revolução proletária na China em favor de uma revolução nacional-burguesa. Na Terceira Internacional predominava uma concepção abstrata e dogmática do processo histórico, segundo a qual, em todos os países considerados “coloniais” ou “semicoloniais”, a contradição fundamental era entre a classe feudal e a burguesia, de modo que a etapa da revolução deveria ser democrático-burguesa, e não proletária. As condições não estariam ainda “maduras”, devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, para os trabalhadores dirigirem a sua revolução. Para a direção soviética

(que controlava a Internacional) cabia aos comunistas chineses um papel subalterno, de apoio e sustentação à República comandada por Sun Yat-sen no sul do país e com o pleno reconhecimento do papel de liderança do Kuomintang no processo revolucionário nacional-democrático. Os soviéticos já haviam estabelecido relações muito próximas com Sun, disso resultando forte apoio político e militar, que veio a ser imprescindível na sua vitória militar em Cantão e no conseqüente estabelecimento de seu governo em parte do território chinês.

Aliança e ruptura com o Kuomintang

A cooperação com o Kuomintang

Mao havia sido eleito membro do Comitê Central e chefe do *Bureau* de Organização no 3º Congresso do Partido Comunista, e no 1º Congresso do Kuomintang, em 1924, membro suplente do seu Comitê Executivo Central. Os soviéticos ajudaram na reorganização do Kuomintang e no treinamento militar de seus quadros*, com os comunistas ingressando na organização nacionalista. Mao dedicou-se então a esse trabalho de cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista, que vem a se tornar “um movimento revolucionário em escala nacional”. Voltando a Hunan por problemas de saúde, Mao deparou-se com uma situação de grande mobilização

*Membros de uma organização ou partido investidos em cargos de responsabilidade.

dos camponeses da região, e passou a realizar um esforço de organização dessas massas, do que resultou a criação de mais de trinta Uniões Camponesas. Em conseqüência desse trabalho político, Mao é perseguido e tem que se mudar para Cantão, onde vai desempenhar atividades de propaganda e de formação de quadros para o trabalho de organização no campo, por meio do Instituto de treinamento do movimento camponês. Assim, Mao Tsé-tung se dedica cada vez mais intensamente ao problema camponês, sustentando “uma política agrária revolucionária e a necessidade de uma poderosa organização das massas camponesas”. Essas posições o levaram a se chocar com Chen Duxiu, o qual manifestava muitas reservas em relação ao potencial revolucionário dos camponeses, acompanhando nisso os dirigentes soviéticos e da Terceira Internacional. Embora continuasse a defender a adoção de uma nova linha para o movimento camponês, e tenha sustentado a necessidade de “uma redistribuição da terra em grande escala”, Mao pregava no vazio, não tendo recebido essas teses apoio nos órgãos dirigentes do Partido.

As condições sociais das massas no campo e nas cidades degradavam-se aceleradamente; ao domínio brutal dos proprietários de terra que levava os camponeses à miséria extrema, juntava-se uma exploração exasperada dos trabalhadores pelo capital estrangeiro nas cidades litorâneas por ele controladas, daí resultando condições muito favoráveis para o movimento revolucionário, de que já davam provas às greves, rebeliões e levantes massivos em cidades como

Xangai e Guandong, enquanto no campo as ligas revolucionárias dos camponeses chegavam a congregar, como em Hunan, mais de 1 milhão de membros.

Com a morte de Sun Yat-sen, em 1925, assumiu a liderança do Kuomintang Chiang Kai-shek, que logo desencadeou uma ofensiva, a chamada Expedição do Norte, contra os senhores da guerra que dominavam essa região, obtendo sucessivas vitórias. O avanço das forças nacionalistas e o enfraquecimento dos déspotas locais acabam por provocar levantes de camponeses contra os proprietários fundiários, o que deixa exposto os limites do projeto “revolucionário” dos nacionalistas e as contradições de sua aliança com os comunistas. Como mostra Edoarda Masi, os dirigentes do Kuomintang pertenciam às classes proprietárias – burguesia comercial, bancária, industrial, latifundiários –, com interesses muitas vezes distintos, mas sempre dispostos a se unirem contra qualquer ameaça à sua condição comum de proprietários. Por isso, não podiam estar interessados em estimular um movimento revolucionário que ameaçava essa condição social, mesmo que fosse, no dizer de Masi, “em nome de uma abstrata vantagem para a nação chinesa”... e “a distinção, cara à Internacional, entre classes ‘feudais’ (isto é, fundiárias) e ‘burguesas’ (isto é, comerciantes e industriais) aparecia como secundária e parecia dissolver-se: os cidadãos ‘burgueses’ eram freqüentemente filhos de proprietários de terras ‘feudais’, e só se distinguiam pelos costumes e cultura, seguramente não pelos interesses econômicos fundamentais.” Os

dirigentes da Internacional consideravam os camponeses “servos” ou “pequenos produtores independentes”, interessados em uma “revolução burguesa” e representados pelo Kuomintang. Como lembra Masi, essa formulação é absurda porque “levava à aplicação do esquema fixo de desenvolvimento ‘da sociedade feudal à sociedade burguesa’ a um contexto no qual nunca havia existido a primeira (a não ser talvez na antiguidade) e onde não havia lugar para a segunda”.

Para os nacionalistas, o movimento popular e os comunistas é que representavam um perigo iminente aos seus interesses de classe.

O início da guerra civil

Assim, quando eles se voltam contra as massas e os militantes comunistas, é apenas a sua real natureza de classe, como recorda Masi, que se revelou plenamente. Após vários incidentes – provocações, prisões e limitação da atividade dos comunistas, aos quais estes reagiram tibiamente, seguindo as ordens dos soviéticos –, ocorreu um episódio dramático: no dia 12 de abril de 1927 uma vigorosa insurreição operária em Xangai, envolvendo mais de 800 mil trabalhadores e organizada por dirigentes sindicais e quadros comunistas, libertou a cidade do controle de um Senhor da Guerra e a entregou às tropas nacionalistas de Chiang, o qual, pouco depois, com a ajuda de criminosos locais, promoveu o massacre de centenas de milhares de trabalhadores, lideranças

sindicais e militantes comunistas. A repressão logo se estendeu por todas as regiões sob o domínio do Kuomintang, sendo que, em Pequim, a embaixada soviética foi invadida e de lá retirado e assassinado Li Dazhao.

Os comunistas, mesmo depois do extermínio de 12 de abril, e ainda uma vez obedecendo à orientação soviética, mantiveram a aliança com uma parcela dos nacionalistas que constituiu um “Kuomintang de esquerda”, dirigido por Wang Jingwei, como resultado de uma cisão no interior do Kuomintang “oficial” – o qual continuou sob o comando de Chiang, com base na cidade de Nanchang. Porém, poucos meses depois, as duas alas promovem a reconciliação e passam a combater unidas o Partido Comunista.

A direção do Partido e a Internacional não se mostravam capazes de apreender a especificidade da situação chinesa e o papel do campesinato na revolução, tanto que passaram a defender, a partir de 1927, após a destituição de Chen Duxiu da secretaria geral do PCC, uma estratégia insurrecional nas cidades, dirigida pela classe operária, não obstante esta ter sido derrotada e massacrada pouco tempo antes. Os levantes armados, com pouco apoio de massa, ocorreram em Nanchang, sob a direção de Zhou Enlai e Zhu De, em Cantão, e, sob o comando de Mao, nas cidades de Changsha e Hankou (o chamado Levante da Colheita de Outono), redundando todos em derrota, com elevadas perdas dentro do contingente revolucionário.

As sucessivas derrotas e a desorientação do Partido, in-

capaz de traçar uma estratégia conseqüente para a revolução, não diminuíram a influência da Internacional sobre os comunistas. Em 1931, o então secretário Li Lisan foi substituído por quadros chineses vindos da União Soviética e adeptos de suas concepções e diretrizes. Chamados de “bolcheviques”, esses dirigentes eram liderados por Wang Ming, que assumiu o comando do Partido.

A segunda guerra civil

Nos Montes Jinggang

Após o fracasso do Levante da Colheita de Outono, Mao reuniu o que restara do seu contingente e estabeleceu a primeira base comunista nos Montes Jinggang, em outubro de 1927, à qual viria se juntar, pouco tempo depois, as tropas de Zhu De (e outras unidades militares dispersas depois da derrota de 27). Mao e Zhu De deslocaram a seguir as suas tropas para a fronteira das regiões de Fukien e Jianxi, no leste chinês, sendo a antiga posição agora ocupada por Peng Dehuai. Assim, foram surgindo algumas regiões em que os comunistas conseguiram estabelecer o domínio popular, sob o cerco das forças nacionalistas, formando uma república soviética com cerca de 10 milhões de pessoas. Do mesmo modo, se constituiu um Exército Vermelho, composto sobretudo de camponeses oriundos das regiões controladas pelos comunistas. Mao introduziu uma nova concepção

de exército: ao contrário dos verdadeiros bandos armados dos Senhores da Guerra, que semeavam o terror nos campos, e das tropas “regulares” nacionalistas a serviço dos interesses dos proprietários fundiários e do capital estrangeiro, as novas forças militares “vermelhas” se constituíram como expressão armada dos interesses e aspirações das massas. Tratava-se de um exército que ajudava o povo do campo a se libertar da opressão dos terratenentes, favorecendo a sua própria iniciativa, seja nas tarefas políticas de exercício do poder, seja na organização militar, por meio tanto da formação das milícias camponesas como das diversas formas de cooperação e sustentação do exército popular.

Nas bases vermelhas um conjunto de medidas em vários domínios deu início a uma profunda transformação social: a terra é confiscada e redistribuída aos camponeses, criam-se empresas coletivas e cooperativas, elevando-se consideravelmente o nível de vida das massas. A prostituição, a escravidão de crianças, o comércio e consumo do ópio e o casamento forçado foram abolidos. Progressos significativos foram alcançados na educação, com quase 80% dos habitantes da província de King-Kouo, por exemplo, alfabetizados, em um país em que somente uma minoria insignificante sabia ler e escrever.

Mao foi compreendendo a natureza específica da formação social chinesa, na qual os interesses das classes dominantes estão intimamente entrelaçados, sendo que o capital estrangeiro da China costeira “moderna” tinha ligações e

apoiava os bandos armados da China rural “atrasada”, de sorte que os esquemas apriorísticos “universais”, que identificam em todas as formações sociais “coloniais e semicoloniais” uma contradição entre a burguesia progressista e a feudalidade atrasada, não se aplicavam à realidade chinesa. Igualmente, Mao foi identificando o agente da revolução, o campesinato, a necessidade do uso da violência armada pelas massas com a ampla utilização da tática de guerrilha e a constituição de bases territoriais liberadas e a constituição nelas do poder popular. Suas análises e posições, no entanto, continuavam minoritárias no interior do Partido, ao ponto de, em 1934, em decorrência de um confronto com os “bolcheviques”, ter sido destituído do comando da república soviética e, segundo algumas fontes, até mesmo ter sido mantido em prisão domiciliar.

A ofensiva do Kuomintang e a Longa Marcha

As forças de Chiang Kai-shek promoveram contra as bases comunistas cinco campanhas de “cerco e aniquilamento” e, embora contassem com recursos materiais e humanos incomparavelmente superiores, foram derrotadas nas quatro primeiras investidas. A tática militar adotada pelos comunistas baseava-se em quatro princípios: “1. quando o inimigo avança, nós nos retiramos; 2. quando o inimigo pára e acampa, nós o fustigamos; 3. quando o inimigo evita uma batalha, nós o atacamos; 4. quando o inimigo se retira, nós o perseguimos”.

mos". Assim, foi possível aos comunistas concentrar as suas forças para atacar e, logo depois, se dispersar, "evitando a guerra de posições e destruindo as forças inimigas quando estivessem em movimento". Na quinta campanha, no entanto, surgiu um problema grave: os principais dirigentes do Partido, Wang Ming e Po Ku, abandonaram a tática de manobras e resolveram adotar a guerra de posições. Chiang Kai-shek mobiliza cerca de 1 milhão de homens, resultando disso perdas da ordem de 90% entre as tropas do Exército Vermelho. Mao resolveu então dar início à Longa Marcha, uma retirada estratégica para uma região não só mais segura para os comunistas poderem reorganizar as suas forças, mas também mais adequada para enfrentar as tropas de ocupação japonesas que tinham invadido a China. Os revolucionários percorreram então 12 mil quilômetros no imenso território chinês, de outubro de 1934 a outubro de 1935, sob o fogo inimigo, em combates incessantes e passando por dificuldades terríveis, até chegar a Yen-an, onde as forças sobreviventes se estabeleceram. Dos 300 mil combatentes que iniciaram a marcha, restaram apenas cerca de 30 mil. Yen-an é a principal cidade da província de Shanxi, na região norte da China, e ali é fundado um governo dirigido pelos comunistas, que imediatamente promoveram várias transformações sociais e econômicas, similares às adotadas nas bases vermelhas antes da Longa Marcha e que iam desde a reforma agrária, com a distribuição de terras aos camponeses, até medidas no campo da educação e de erradicação dos costumes e tradições retrógrados.

Filosofia e política

Não obstante Mao ter assumido a direção do Partido Comunista desde 1935, quando de uma conferência ampliada do *Bureau* Político, as tendências a ele opostas ainda tinham apoio e gozavam de certa influência. Seus partidários se caracterizavam sobretudo pelo dogmatismo, expresso em uma concepção abstrata do marxismo e pela defesa da aplicação mecânica de princípios e de métodos oriundos da experiência soviética, sem considerar as condições concretas da revolução chinesa, o que já tinha acarretado grandes derrotas e prejuízos para os revolucionários. Como vimos, Mao já havia aplicado criativamente o marxismo às condições da China, conseguindo identificar o agente principal da transformação social, o campesinato, contra a doutrina "oficial" e a orientação dos dirigentes stalinistas. Ora, nesse momento iniciava-se em Yen-an uma nova e decisiva etapa da revolução – justamente a que levaria à vitória da revolução –, e foi contra as ameaças a ela, provindas de setores do próprio Partido, que Mao realizou um trabalho de elucidação e de convencimento, indo às próprias raízes do dogmatismo. O trabalho teórico feito por ele procurou erradicar o fundamento mesmo das orientações políticas e militares equivocadas, as concepções burguesas que poderiam levar ao fracasso da revolução. Mao demonstrou que a filosofia é a expressão da *luta de classes na teoria* (como diria Louis Althusser), dando uma contribuição importante ao marxismo, não só por

desenvolver uma concepção materialista do processo de conhecimento, mas, em especial, por permitir a compreensão da *especificidade da dialética marxista*, apreendendo o sentido profundo da dialética que n' *O capital* de Marx permanece "em estado prático".

O primado da prática

O conhecimento, diz Mao em seu ensaio "Sobre a prática", está ligado intimamente à prática social, isto é, à atividade de produção material, à luta de classes, à experimentação científica, o que já tinha permitido a Lenin dizer que "a prática é superior ao conhecimento (teórico), pois ela tem não somente a dignidade do geral, mas também a do real imediato". Assim, só se chega a conhecer algo por meio dos "resultados da prática social objetiva". Supor que o conhecimento pode originar-se diretamente da razão, independentemente de qualquer dado da experiência, é uma posição *idealista*, desprovida de um fundamento efetivo, como um "rio sem nascente" e uma "árvore sem raízes".

Se alguém viesse de fora de Yenan, no exemplo que nos dá Mao, e realizar nela uma pesquisa, inicialmente, só poderia observar o seu traçado urbanístico, suas casas e ruas, encontraria muitas pessoas, se reuniria e conversaria com elas, ouviria debates e opiniões diversas, tomaria conhecimento de textos e documentos. Isso significa que essa pessoa só perceberia, no começo, os aspectos exteriores, isola-

dos das coisas, as relações externas dos fenômenos. Esse primeiro grau do conhecimento é limitado ao conhecimento sensível, no qual "os fenômenos,... atuando sobre os órgãos dos sentidos", produzem na consciência todo um conjunto de representações que permitem estabelecer "um laço aproximativo, exterior, entre essas representações...", mas que não permitem ainda elaborar "conceitos profundos nem proceder a conclusões lógicas". A continuidade, no entanto, da prática social leva à repetição contínua dos fenômenos e das sensações e representações que eles provocam na consciência, produzindo nela um salto repentino no processo do conhecimento com o surgimento do conceito, que permite a apreensão da essência mesma das coisas, as ligações internas dos fenômenos. Assim, "o desenvolvimento que intervem ulteriormente nessa direção, o emprego dos métodos de juízo, de dedução, podem desembocar em conclusões lógicas": aquele investigador, vindo a Yenan, refletindo sobre o material recolhido, pode agora chegar à conclusão de que a política dos comunistas contra o invasor japonês é correta. Esse segundo grau do conhecimento, o conhecimento racional ou lógico, permite aprender as contradições internas das coisas e fenômenos e, portanto, alcançar a compreensão do mundo objetivo. Essa passagem do conhecimento sensível ao conhecimento racional é absolutamente necessária para que se possa ter uma compreensão materialista da realidade. Permanecer no primeiro grau do conhecimento levaria ao *empiricismo*, a uma apreensão parcial e unilateral dos fenôme-

nos. A elaboração conceitual permite ligar os elementos isolados e dispersos e apreender as suas relações internas, alcançando, desse modo, uma compreensão dos fenômenos "mais profunda, mais justa, mais completa", como diz Lenin.

Pois bem, se permanecêssemos nesse momento do processo do conhecimento, o conhecimento racional ou lógico, não completariamos o movimento do conhecimento; para o marxismo ainda há uma última e decisiva etapa. Se é verdade o que diz Lenin, que "sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário", o sentido da elaboração teórica para o marxismo reside, no entanto, em sua capacidade de transformação da estrutura social. O marxismo, como diz Mao, em um texto de 1942, assemelha-se a uma flecha, que muitos "contentam-se em virar e revirar entre os dedos, exclamando: Que bela flecha! Que bela flecha! Mas não tem a menor intenção de fazer o disparo. Não são no fundo mais que apreciadores de antiguidades, nada quase têm a ver com a revolução. A flecha do marxismo-leninismo deve ser usada para disparar sobre o alvo, que é a revolução chinesa". Isso significa que a teoria deve ser um guia para a ação revolucionária, o conhecimento teórico não podendo mais ser uma atividade contemplativa, mas uma atividade de transformação do mundo, como Marx indicava na conhecida passagem das *Teses sobre Feuerbach*.

Para que o movimento do conhecimento prossiga, é preciso que o conhecimento teórico, oriundo da prática, volte de novo à prática, produzindo um novo salto, do conhecimento

racional à prática revolucionária. Como diz Mao: "Uma vez adquirido o conhecimento das leis do mundo, deve-se dirigi-lo para a prática da transformação do mundo, aplicá-lo na prática da produção, na prática da luta de classes e da luta nacional-revolucionária, assim como na prática da experimentação científica. Tal é o processo de verificação e de desenvolvimento da teoria, a continuação de todo o processo de conhecimento. A questão de saber se uma proposta teórica corresponde à verdade objetiva não é, nem pode ser, inteiramente resolvida no movimento do conhecimento sensível ao conhecimento racional [...]. Para resolver completamente essa questão é necessário, a partir do conhecimento racional, regressar à prática social; aplicar a teoria na prática e verificar se ela pode conduzir ao objetivo fixado".

A materialidade da contradição

O primado do ser sobre a consciência, da prática sobre a teoria, abre, assim, a possibilidade do conhecimento dos modos de produção e das formações sociais e de sua transformação revolucionária. O resultado do processo do conhecimento, esse concreto-pensado (distinto do concreto-real), reproduz conceitualmente a estrutura social como uma realidade contraditória, como unidade e luta de contrários. Essa realidade compreende, em seu movimento, em seu processo de desenvolvimento, todo um conjunto de contradições, de sorte que o conhecimento dos fenômenos, dos processos

históricos reais, das formações sociais determinadas, da luta de classes, exige que se compreenda cada uma das contradições e os aspectos de cada contradição, a sua ligação interna e as suas relações mútuas, assim tornando possível apreender o conjunto das contradições: “compreender cada aspecto da contradição”, diz Mao, “é compreender a posição particular que cada uma delas ocupa, as formas concretas em que estabelece relações de interdependência e relações de contradição com o seu contrário, os métodos concretos que utiliza na sua luta com o outro quando os dois se encontram ao mesmo tempo em interdependência e em contradição, bem como após a ruptura de sua interdependência”. Assim, é possível evitar o subjetivismo e a unilateralidade no exame dos problemas concretos, que vê apenas os aspectos isolados dos fenômenos, e não o conjunto; que considera apenas um dos aspectos da contradição e não todos os seus aspectos, acarretando com isso a impossibilidade de se elaborar o método adequado de resolução das contradições e, conseqüentemente, de conduzir o processo revolucionário exitosamente.

Após constatar o caráter complexo do desenvolvimento do fenômeno, o qual engendra um conjunto de contradições, Mao distingue, dentre elas, a contradição principal, e as contradições secundárias, que sofrem a determinação da primeira. É possível que no curso de seu desenvolvimento, de acordo com as circunstâncias, as contradições tenham as suas posições modificadas, passando a contradição princi-

pal a ser secundária, e uma das contradições secundárias a jogar o papel principal. Tudo depende, no entanto, da posição da contradição principal, pois é ela que imprime a direção do desenvolvimento do fenômeno, e por isso é fundamental determinar a contradição principal, pois, uma vez que ela esteja dominada, “todos os problemas se resolvem facilmente”.

Se as contradições não são iguais, existindo uma contradição principal e contradições secundárias, também os distintos aspectos de uma contradição se desenvolvem desigualmente, havendo um aspecto que joga o papel dominante (aspecto principal da contradição) e outro que ocupa uma posição subordinada em relação a ele (aspecto secundário da contradição). Assim também, os distintos aspectos da contradição podem ter os seus papéis trocados, passando o aspecto principal a secundário e o aspecto secundário a principal, em decorrência “do grau de acréscimo ou decréscimo atingido pela força de cada aspecto na sua luta contra o outro, ao longo do desenvolvimento do fenômeno”. É esse aspecto principal da contradição que determina a “qualidade” do fenômeno.

Esses aspectos da contradição existem em um mesmo processo de luta e de unidade de contrários, cada um deles só existindo pela existência do outro, e podendo um transformar-se no outro. Os contrários estão em luta, opõem-se entre si, mas também estão ligados um ao outro, dependem um do outro, “cada um é condição da existência do outro”.

Se certas condições ocorrem, os contrários podem converter-se um no outro, engendrando um movimento de transformação dos fenômenos, de modo que o elemento de estabilidade e de equilíbrio (a unidade dos contrários) é relativo e passageiro, ao passo que o elemento de ruptura e destruição (a luta dos contrários) é absoluto.

A análise da contradição de Mao revela a complexidade da dialética marxista, a sua especificidade em relação à dialética especulativa. Nesta, a diversidade das formações históricas é reduzida a um princípio espiritual interno simples, e a totalidade pode aparecer como um “sistema” circular, fechado sobre si mesmo, cujos elementos são a expressão dos momentos do autodesenvolvimento do espírito. O caráter circular e teleológico da concepção dialética especulativa fica evidenciado em uma passagem de Hegel, na qual ele afirma que “o verdadeiro é o devir de si próprio, o círculo que pressupõe e tem no início o seu próprio fim como um objetivo, e que só é efetivamente real por intermédio da sua atualização desenvolvida e do seu fim”.

A concepção marxista da dialética, ao contrário, como surge da análise de Mao (e que Althusser retoma e desenvolve), considera a complexidade do real, das formações sociais, do processo histórico, de modo que as contradições nunca se apresentam na simplicidade de um princípio que exprimisse em si a essência de uma época, mas elas são sempre sobredeterminadas, ou seja, a contradição não tem uma existência “pura”, sendo afetada por outras

contradições. Isso significa que os elementos da superestrutura de uma formação social atuam de algum modo na instância do econômico, permitindo a Althusser definir a sobredeterminação como a “acumulação de determinações eficazes sobre a determinação em última instância pelo econômico”. Desse modo, abrem-se para o conhecimento não só os processos sociais e históricos, como também o movimento da superestrutura, liberada de sua condição de epifenômeno do econômico, e que pode, segundo Mao, “desempenhar [*em circunstâncias determinadas*] o papel principal, decisivo”. Mao (e Althusser) restabelece, assim, o princípio marxiano da luta de classes como “motor” do processo histórico, das transformações sociais, contra as tendências teóricas economicistas e mecanicistas.

A concepção da dialética em Mao tem o significado de um verdadeiro “bloqueio” do modo de operar da dialética especulativa, cujo “núcleo duro” é constituído pela categoria da negação da negação, que implica um movimento que envolve três momentos: o da afirmação, o da negação e o da negação da negação, disso resultando a conservação, em um nível superior, do elemento superado. Como demonstra Charles Bettelheim, isso significa que na dialética idealista não ocorre uma ultrapassagem efetiva do elemento negado, mas, ao contrário, a sua restauração (mesmo que “depurado” e “transformado”), o que torna essa categoria desprovida de sentido, a não ser no campo especulativo. De fato, que sentido pode ter a afirmação de que o comunismo é a

negação da negação do capitalismo? Se o capitalismo já é a negação da sociedade feudal, então, observa Alain Badiou, a negação (comunismo) dessa negação (capitalismo), rigorosamente, deveria significar que uma sociedade comunista conservaria formas sociais e instituições do feudalismo, anulando, assim, duplamente a transformação revolucionária: tanto a proletária como a burguesa. A negação da negação seria uma espécie de decreto revogatório de qualquer transformação social, a contínua reposição do passado no presente, portanto, uma interdição perene à superação efetiva de um modo de produção.

A dialética materialista é, no dizer de Bettelheim – em sua leitura da contribuição filosófica de Mao –, uma *dialética da destruição*, ela permite pensar o processo de transição de um modo de produção a outro como o processo de transformação das relações de produção e das forças produtivas até então dominantes, por outras, de natureza completamente diversa. Assim, na passagem do feudalismo para o capitalismo, as relações de dependência pessoal que subordinam o trabalhador direto ao agente que controla os meios de produção têm que ser *suprimidas*, para que novas relações sociais se constituam e um novo modo de produção se torne dominante. O capitalismo é incompatível com a servidão, ele se funda no trabalho assalariado, exigindo, portanto, a emergência do trabalhador livre, sem quaisquer vínculos de dependência com outro homem, com o qual se relaciona, sob a base de um estatuto jurídico de igualdade

formal, por meio de contratos nos quais se exprime a vontade livre das partes.

A análise que Mao faz das contradições permite compreender o caráter conciliatório da dialética especulativa e o seu funcionamento efetivo como um obstáculo a uma transformação real da sociedade burguesa.

A resistência contra a invasão japonesa

Os japoneses rapidamente ocuparam várias províncias na parte setentrional da China, ao mesmo tempo que procuraram envolver o Kuomintang em um compromisso anticomunista. A prioridade que o governo nacionalista dava à luta contra as tropas revolucionárias de fato favoreceu o avanço do invasor, mas fez surgir um poderoso movimento pela unidade das forças nacionais contra os japoneses. O Partido Comunista propôs a formação de uma frente única antijaponesa a qual, depois de muitas negociações e incidentes, acabou por ser aceita por Chiang Kai-shek, em setembro de 1937.

Os agressores já haviam estendido a área sob ocupação estabelecendo um governo colaboracionista em Nanquim, mas não se mostraram capazes de exercer o controle efetivo sobre todo o país, e algumas províncias conseguiram permanecer livres. Embora o pacto firmado entre os comunistas e os nacionalistas devesse implicar um esforço comum de combate contra o inimigo estrangeiro, o Kuomi-

tang não interrompeu completamente os choques com o Exército Vermelho, chegando mesmo, em 1941, a atacar diretamente as regiões controladas pelos comunistas. A iniciativa das forças de Chiang devia-se à sua preocupação com o aumento da influência dos comunistas, não só em virtude de vitórias militares sobre os japoneses, com a extensão das zonas liberadas pelo exército popular, mas também por causa da penetração política dos comunistas junto às massas camponesas.

Foi o Exército Vermelho que suportou o grosso da ofensiva japonesa entre 1941 e 1942, ao passo que o exército de Chiang manteve uma atividade militar bastante restrita. A violência extrema dos ataques japoneses pode ser resumida por sua política de “assassinar todos, queimar tudo e destruir tudo”. As perdas foram imensas e a zona libertada pelos comunistas se reduziu significativamente, mas, como comenta Edoarda Masi, foi exatamente nesse período “que a revolução alcança o seu momento mais alto: neutralizadas as influências externas, se realizou a máxima integração entre a direção política, exército popular, massa do povo. O exército tem nas milícias camponesas o seu prolongamento, os comunistas conseguem exprimir completamente as aspirações do povo e organizá-lo para traduzi-las em realidade”. Para enfrentar a ofensiva inimiga e as dificuldades de sobrevivência material, as tropas, militantes e camponeses realizaram um esforço em conjunto para recuperar e cultivar terras inóspitas, construir edifícios e instalar fábricas, ao

mesmo tempo em que mantêm uma intensa atividade política. “A guerra nunca é exercitada por si mesma, mas apenas como um momento da luta de classes”. Se não fosse assim, a própria luta armada perderia o seu sentido e nem sequer seria possível nas condições de extrema precariedade vigentes. “Era necessário reverter a condição de subalternos dos camponeses, a fim de que se tornassem protagonistas da história e vencessem a guerra”. Desse modo, a luta contra os invasores japoneses era também luta pela emancipação das massas, ou melhor, a luta pela emancipação é que criava as condições de resistência e de vitória sobre os invasores externos. Esta é a razão pela qual as forças comunistas conseguiram derrotar os japoneses apesar de inferiorizadas militarmente e com recursos escassos.

Já perto do final da ocupação nipônica, viviam em regiões controladas pelos comunistas cerca de 100 milhões de pessoas, com o Partido alcançando a cifra de mais de 1 milhão de aderentes, o Exército Vermelho dispoendo de um efetivo de quase 1 milhão de soldados e oficiais e a milícia camponesa alcançando mais de 2 milhões de membros.

O contraste entre a zona liberada pelo Exército Vermelho e a zona sob o domínio do Kuomintang era chocante: na primeira, formas de organização populares do poder político, respeito às massas, eficiência e honestidade administrativas; na segunda, corrupção desenfreada, desorganização administrativa, opressão sobre os trabalhadores.

A terceira guerra civil

Com a derrota japonesa em agosto de 1945, intensificou-se a luta entre as forças populares comandadas pelo Partido Comunista, e as forças nacionalistas burguesas, lideradas pelo Kuomintang, não obstante as tentativas de conciliação patrocinadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, a qual, visando sempre somente os seus interesses nacionais, chegou mesmo a celebrar com o governo de Chiang um tratado de “aliança e de amizade”. Mas as contradições de classe que separavam os dois lados já eram irreconciliáveis, assim como a disposição de luta das massas e dos comunistas, que conseguiram manter uma posição própria, autônoma, não se deixando influenciar pelas orientações da direção stalinista soviética.

Dotadas de armamento moderno, de origem japonesa e americana, as tropas de Chiang Kai-shek, em número muito maior que o Exército Vermelho, saíram em vantagem no último episódio da Guerra Civil que vai durar de julho de 1946 a outubro de 1949, e conseguiram algumas vitórias iniciais. Mas os comunistas logo recuperaram a iniciativa e rapidamente desagregam as tropas do Kuomintang. Masi explica que essa vitória, face à desproporção das forças combatentes, não pode ser explicado por critérios estritamente militares, mas que ela foi “determinada pela absoluta superioridade política” do exército revolucionário. A luta combina uma estratégia de destruição das tropas inimigas, evitando ocupar e

manter o território, com o apoio dos camponeses, a ação das milícias populares e as crescentes revoltas camponesas. Aplicam-se nessa fase da guerra os mesmos princípios da concepção militar que Mao havia elaborado desde o período inicial da luta contra o Kuomintang, expressos em vários textos, como “Problemas estratégicos da Guerra Revolucionária na China”, de 1936, “Problemas estratégicos da Guerra de Guerrilhas contra o Japão”, de 1938, e “Sobre a Guerra Prolongada”, também de 1938, entre outros. Mao concebe a Guerra Revolucionária nas condições da China como uma guerra popular prolongada, na qual joga um papel essencial o princípio da defensiva estratégica, que procura dar conta do problema “de preservar as nossas forças, esperando o momento propício para esmagar o adversário”. Tendo em vista a existência de uma superioridade enorme entre as forças em combate, e em uma situação na qual não é possível suportar a ofensiva do adversário, é necessário proceder a uma retirada estratégica, levando as forças inimigas a “penetrar profundamente no nosso território”, evitando, assim, o enfrentamento em condições desfavoráveis para só depois passar à contra-ofensiva. Na retirada já se prepara a contra-ofensiva com a criação de condições favoráveis que permitam modificar a correlação de forças vigente. A principal dessas condições é o apoio e a ajuda das massas; outra é a de atingir só os pontos em que o inimigo é vulnerável, o que demanda tempo para que se conheçam as suas debilidades; e outra, ainda, é de descobrir ou incentivar as falhas do adver-

sário que inevitavelmente ocorrem em uma campanha longa. Uma vez reunidas algumas dessas condições, é possível passar à contra-ofensiva, concentrando as forças para atacar o inimigo, conduzindo “a uma inversão dos papéis das duas partes relativamente à ação no interior e no exterior das linhas”. Isso significa que, quando o adversário promove uma ampla campanha de “cerco e aniquilamento” – como ocorreu, por exemplo, durante a primeira guerra civil –, deve-se lançar pequenas e isoladas campanhas de cerco e aniquilamento contra as suas tropas; ao seu ataque convergente estratégico, deve-se responder com uma série de ataques táticos “no plano das campanhas e dos combates”; que à sua superioridade estratégica deve-se contrapor a nossa superioridade tática. “A isso”, diz Mao, “Chama-se realizar uma ação no exterior das linhas dentro de uma ação no interior das linhas, empreender campanhas de “cerco e aniquilamento” no interior da campanha de “cerco e aniquilamento”, realizar um bloqueio no interior do bloqueio, lançar ataques durante a defensiva, obter a superioridade na inferioridade, manifestar força num estado de fraqueza, criar condições favoráveis em condições desfavoráveis, dar provas de iniciativa durante a passividade”.

Mao combina a estratégia da “Guerra Prolongada” com o recurso tático a “campanhas e combates de decisão rápida”. Isso significa que é preciso ser paciente e esperar que o lento crescimento das forças revolucionárias alcance um nível suficiente para “quebrar as posições fundamentais dos

inimigos” e, ao mesmo tempo, nos combates localizados, deve-se obter rapidamente a vitória objetivando destruir as “forças vivas do adversário” e evitando que este tenha condições de reação imediata. Assim, Mao defende que a “linha de ação principal” seja uma *guerra de aniquilamento*, que destrói as colunas inimigas e não somente as derrota, provocando efeitos arrasadoras no campo adversário além de permitir que as forças revolucionárias se abasteçam com as armas e provisões do adversário. Mao recorda que as quatro primeiras campanhas de cerco e aniquilamento durante a primeira guerra civil foram desfeitas, não obstante apenas uma parte do exército inimigo ter sido aniquilada, ao passo que o abandono dessa tática quando da quinta campanha levou à derrota do Exército Vermelho. Para que ela seja possível algumas condições devem ser reunidas, tais como estas citadas por Mao, dentre outras:

1. concentração de forças superiores;
2. adoção da tática dos cercos e movimentos torneantes;
3. apoio das populações;
4. terreno favorável;
5. ataque de surpresa.

A estratégia militar dos comunistas, evitando ocupar e manter os grandes centros urbanos, e adotando a guerra de aniquilamento contra o inimigo, mostrou-se extraordinariamente adequada e eficaz nas condições da guerra na China.

Na medida em que o país ia sendo libertado, o Partido Comunista já promovia a reforma agrária e a instauração de formas de governo populares. Derrotado, o Kuomintang refugiou-se na ilha de Taiwan, enquanto Mao Tsé-tung proclamava a República Popular em 1º de outubro de 1949.

CAPÍTULO 2

CONSTRUINDO O “SOCIALISMO”?

A nova democracia

Reconstrução econômica e reforma agrária

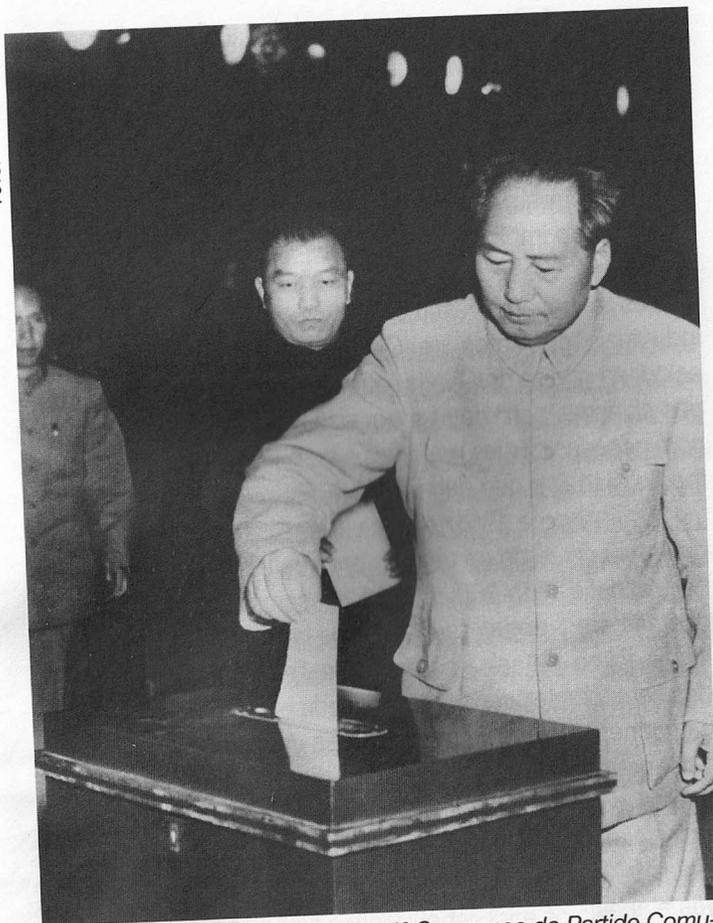
Nos anos que imediatamente se seguiram à tomada do poder pelas forças comunistas, a tarefa primordial foi operar a reconstrução econômica de um país devastado por décadas de guerra civil que ainda tinha que dar prosseguimento à luta contra focos de resistência do Kuomintang em várias regiões e contra os atos de sabotagem promovidos por seus agentes baseados na ilha da Taiwan. Dirigentes chineses estimavam, na época, que a produção de cereais havia sido reduzida para apenas 25% da colheita, e a produção industrial a cerca de metade dos melhores anos antes dos conflitos;

grande parte das áreas cultiváveis tinha sido inundada em virtude do rompimento de diques e metade da malha ferroviária estava destruída. Milhões de refugiados nos grandes centros urbanos e inflação descontrolada completavam um quadro de caos e penúria.

É nesse contexto dramático que se reuniu em setembro de 1949 a Conferência Consultiva Política do Povo, que exprime a frente unida que se formara já nos anos de luta revolucionária. Constituiu-se assim uma forma de poder político que Mao vai designar como uma ditadura democrática popular, dirigida pela classe operária e composta dos camponeses, da pequena-burguesia urbana e da burguesia nacional contra a burguesia monopolista, os proprietários de terras e as forças contra-revolucionárias e imperialistas, que podem ser "reprimidas e castigadas" se saem dos "limites", seja por palavras seja por atos, e só o povo exerce o direito de voto, de modo que, diz Mao, "A combinação desses dois aspectos, democracia para o povo e ditadura para os reacionários, constitui a ditadura democrática popular". Assim, é formulado um programa de cooperação com a burguesia nacional que utiliza o método da persuasão e o trabalho educativo para a consecução dos objetivos revolucionários.

O Conselho Consultivo e seu Comitê permanente exerciam o poder legislativo, sendo o executivo atribuído ao Conselho Central do governo popular, cujo presidente é Mao Tsé-tung, igualmente presidente do Conselho Militar Revolucionário. É o Partido Comunista, no entanto, o órgão que

FOTO: FRANCE PRESSE



Mao Tsé-tung votando durante o 1º Congresso do Partido Comunista da China

exerce o poder real, sendo o seu núcleo, a Comissão permanente do *Bureau* Político, composta, entre outros, de Mao (também presidente do Partido), Liu Shaoqi e Zhou Enlai.

No plano internacional, a China firmou um importante tratado de ajuda mútua com a União Soviética, em fevereiro de 1950, em um encontro entre Mao e Stalin em Moscou. Esse tratado implicava essencialmente um compromisso de auxílio militar em caso de agressão do Japão ou de seus aliados e um empréstimo para a realização de projetos industriais conjuntos na China. Nesse mesmo momento eclodiu a guerra da Coreia, que levaria à intervenção de tropas chinesas para deter a agressão das forças americanas, com pesadas perdas materiais e humanas – inclusive a do filho de Mao –, e que duraria até 1953.

Em junho de 1951 teve início a reforma agrária, que redistribuiu cerca de metade da área cultivada do campo chinês, beneficiando 300 milhões de camponeses e afetando diretamente o poder de classe dos latifundiários e déspotas locais. Uma parcela, considerada "excessiva", das terras dos camponeses ricos foi confiscada e redistribuída entre os camponeses pobres e médios. Toda uma estrutura foi criada para promover a reforma: sob a direção dos camponeses pobres e com a participação dos médios, constituíram-se associações de camponeses, além de milícias populares e tribunais. Em seu conjunto, a reforma agrária compreendeu três etapas:

– na primeira etapa, equipes de trabalho, formadas por

quadros, estudantes e camponeses pobres realizaram um trabalho preparatório de esclarecimento com os camponeses nas aldeias;

– na segunda etapa, assembléias de massas receberam denúncias de crimes e abusos cometidos pelos proprietários rurais, a que se seguiu freqüentemente a execução dos acusados;

– na terceira etapa, ocorreu a expropriação e a redistribuição das terras.

Não obstante, o processo de reforma agrária conheceu muitas dificuldades e avançou lentamente. Os senhores locais opuseram uma resistência tenaz a ela, contando com o medo que ainda despertavam na massa rural – que sempre viveu sob o terror por eles desencadeado – e com a força da tradição, inibindo o trabalho dos quadros e contendo a adesão dos camponeses, a que se deve acrescentar os vínculos familiares ou políticos que eles mantinham com camponeses e com militantes do Partido Comunista. Conseqüentemente, quando esses elementos inibidores da reação camponesa foram removidos, a violência alcançou níveis muito intensos durante esse período de transformação no campo.

De qualquer forma, como resultado da reforma agrária, o número de camponeses pobres foi reduzido de 57%, antes da revolução, para 29%, ao passo que os camponeses médios passam a ser 62,2%, mas o total da produção no campo revelou-se abaixo das necessidades face ao crescimento da população e das exigências da industrialização. Procu-

rou-se, então, promover uma forma de cooperação entre as famílias de camponeses por meio de equipes de ajuda, que incentivavam a realização de diversas atividades conjuntas, resultando disso o reagrupamento de 39% das propriedades rurais.

Iniciativas importantes foram igualmente as de eliminar o sistema de clãs e o poder patriarcal e com isso a estrutura de poder a eles vinculada. As mulheres puderam, assim, libertar-se – embora lentamente e com enormes sacrifícios e esforços – de uma sujeição degradante e infame.

Mais tarde foi realizado um esforço para promover a aceleração do processo de coletivização do campo – já que o número de cooperativas agrícolas crescia muito lentamente, além de estar ocorrendo um processo de dissolução das cooperativas já implantadas, estimulado por líderes importantes do Partido, como Liu Shaoqi –, como resultado de uma intervenção de Mao Tsé-tung, em julho de 1955, em uma reunião de secretários dos comitês provinciais, municipais e das regiões autônomas do Partido Comunista. Esse texto de Mao – “Sobre o problema da cooperação agrícola” – é significativo porque nele se exprimiu uma divergência dentro da direção do Partido Comunista, com uma ala defendendo que a coletivização das terras era uma decorrência da introdução nas fazendas de processos mecânicos e de tratores, e cujo representante mais expressivo é Liu, que chegou a declarar: “É somente com a nacionalização da indústria que se pode fornecer aos camponeses grandes quantidades de máquinas, e é

só nesse momento que será possível nacionalizar a terra e coletivizar a agricultura”, e uma outra, que Mao liderava, sustentando que a modificação nas relações sociais no campo precede e condiciona as mudanças técnico-organizativas.

Assim, no final de 1956, a totalidade das 120 milhões de famílias camponesas se encontravam agrupadas em estabelecimentos rurais coletivos.

A reconstrução também se verificou nos grandes centros urbanos, com a reorganização das fábricas e dos canais de distribuição. A grande burguesia, industrial, comercial e bancária, foi expropriada sem indenização, do que resultou o controle por parte do Estado de 56% da produção, sendo o restante distribuído entre empresas de capital misto e empresas privadas.

Atacando os contra-revolucionários

Ao mesmo tempo, entre os anos de 1950 e 1952, foi lançada uma campanha contra os contra-revolucionários visando “reformá-los pelo trabalho”, seja por meio de algum trabalho manual, seja em campos de “reeducação”. A repressão atingiu antigos quadros do Kuomitang, integrantes da grande burguesia (a chamada burguesia burocrática), proprietários rurais refugiados nas cidades, criminosos, dirigentes de sociedades secretas, pelegos e missionários. Um número grande de pessoas foi levada a julgamento e muitos foram executados. Paralelamente, foi desencadeada uma campanha de

educação política de massa e criadas formas novas de organização popular, como os comitês de rua, que se encarregavam desde problemas de limpeza urbana e de vacinação, até de segurança pública.

As campanhas dos três antis e dos cinco antis

À repressão aos contra-revolucionários seguiram-se duas outras campanhas, desencadeadas quase ao mesmo tempo, em 1951, denominada, a primeira, de campanha dos três antis, visando os próprios membros do Partido e administradores públicos e das empresas, para eliminar três "vícios" ou "venenos": a corrupção, o desperdício e o burocratismo. Em um movimento que envolveu grandes contingentes de trabalhadores, apuraram-se inúmeros casos de degenerescência dos quadros comunistas, envolvidos em diversos casos de ganhos ilícitos, crimes e abusos diversos. A segunda campanha foi denominada de campanha dos cinco antis, contra o suborno, a fraude, a evasão fiscal, a prevaricação e a divulgação de segredos econômicos do Estado visando a burguesia nacional e contando, igualmente, com a participação intensa da massa trabalhadora que, examinando a contabilidade das empresas, pode apurar casos de sonegação e outras ilicitudes. Desse modo, milhares de capitalistas foram submetidos a sessões de crítica dirigidas pelos trabalhadores, nas quais confessavam os atos fraudulentos por eles praticados e eram sancionados a pagar multas, devolver o mon-

tante subtraído ilegalmente e, em alguns casos, tinham os seus estabelecimentos confiscados e cumpriam pena em campos de trabalho.

Ao final desse processo as massas operárias passaram a exercer um certo controle sobre os capitalistas, com as reuniões no interior das empresas tornando-se regulares e constantes.

Se é verdade que essas iniciativas limitaram o espaço de atuação da burguesia privada e renunciavam o seu fim, no que tange aos quadros elas tiveram um alcance muito restrito. Apesar da preocupação de Mao de que elas fossem a expressão de um movimento de massas e de que o burocratismo fosse combatido com o retorno periódico dos funcionários à produção, para que eles pudessem ficar "em contato com as massas", houve a tendência a considerar tanto o burocratismo como a corrupção e o desperdício como "desvios" individuais provocados pela influência da burguesia, em uma espécie de herança corruptora da velha sociedade, não sendo feita, como explica Eugenio del Río, "uma conexão entre esses males e as relações sociais e políticas, as diferenças, a divisão social do trabalho próprias do novo regime. Essa é uma limitação de peso que dificulta abordar tais problemas em toda a sua dimensão e propor modificações do regime que são necessárias para superá-las (instauração de formas de poder das próprias massas trabalhadoras, luta para atenuar a divisão social do trabalho ainda existente etc.)."

O primeiro plano quinqüenal

Uma vez realizada a reforma agrária e com a classe burguesa socialmente erradicada – em 1955 as últimas empresas privadas passaram a ser controladas pelo Estado –, teve início o esforço de planejamento estatal objetivando a industrialização do país com o lançamento do primeiro plano quinqüenal, de 1953 a 1957 (mas tendo início efetivamente só em 1955). Nessa etapa da revolução chinesa, a concepção, a estratégia e os métodos da “construção do socialismo” foram os mesmos adotados na União Soviética. Referindo-se retrospectivamente a esse período, em 1962, em um discurso pronunciado na Conferência Ampliada do Trabalho, Mao Tsé-tung dizia que a falta de experiência os levou a essa escolha: “Naqueles dias a situação era tal que, uma vez que não tínhamos experiência em construção econômica, não tínhamos alternativa a não ser copiar a União Soviética. Especialmente no campo da indústria pesada, nós copiamos quase tudo da União Soviética, não tendo quase nenhuma criatividade própria. Naquela época foi absolutamente necessário agir assim, mas isso foi também uma fraqueza – uma ausência de criatividade e de habilidade para caminhar com os nossos próprios pés”. Muito embora a razão alegada por Mao – falta de experiência – fosse real, a adoção do “modelo soviético” devia-se a uma concepção superficial da transição socialista – compartilhada por todos os dirigentes chineses na época – e era daí que provinha a identidade com

a experiência stalinista. De fato, Mao estabelece, nesse texto, uma identificação entre o socialismo e a extinção da propriedade privada, o que seria condição suficiente para o surgimento de relações de produção socialistas. Assim, a passagem da propriedade individual para a propriedade estatal pode aparecer para Mao como a questão fundamental: “... a linha geral objetiva resolver o problema da propriedade [...] a linha geral consiste em mudar gradualmente as relações de produção. Stalin disse: a base das relações de produção reside no sistema de propriedade”.

A realização do primeiro plano quinqüenal contou, assim, com uma importante ajuda soviética e seguiu o padrão do período stalinista, com a ênfase dada à indústria pesada e com o campesinato subsidiando a industrialização por meio da venda para o Estado de sua produção a preços baixos (a mesma “acumulação primitiva socialista” que ocorrera no final dos anos 1920 e no começo dos anos 1930 na União Soviética). Desse modo, a indústria pesada recebeu 48% dos investimentos, e o conjunto da indústria e dos transportes recebeu 80%, ao passo que a agricultura obteve apenas 8,2% dos investimentos. Disso resultou um crescimento industrial extraordinário, que chegou a alcançar 19% em alguns setores, com a produção de vários produtos alcançando cifras de 100% a 270% de aumento.

A adoção desse modo de industrialização levou efetivamente a um desenvolvimento acelerado das forças produtivas, mas provocou também um afastamento dos objetivos a

que se propõe uma sociedade de transição socialista, com a tendência à agudização das contradições entre a cidade e o campo, à desconsideração das necessidades materiais dos trabalhadores, ao surgimento de uma camada de agentes privilegiados e à burocratização e ao distanciamento das massas do aparelho estatal.

O Grande Salto Adiante

Visando corrigir os rumos da revolução chinesa, Mao procurou pensar criticamente alguns dos aspectos mais nocivos da experiência soviética, daí resultando os seus textos "Sobre as dez grandes relações", "Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo" e "Sessenta pontos sobre os métodos de trabalho", assim como a iniciativa de desencadear o "Grande Salto Adiante".

O processo de separação dos dirigentes e quadros do Partido das massas populares, a exclusão destas das decisões e do exercício efetivo do poder já tinham levado a uma divisão no interior do Partido, entre aqueles que buscavam o reforço da disciplina partidária e de sua autoridade inconteste, como Liu e Peng (prefeito de Pequim), e aqueles, como Mao Tsé-tung, que sustentavam a necessidade de as massas exercerem o controle. Mao lança então, em 1956, uma campanha inaugurada com um discurso em que defendia as críticas dos trabalhadores e intelectuais aos quadros, em um esforço de organizar uma democracia de massas. São assim

divulgadas as palavras de ordem: "que cem flores desabrochem!" e "que cem escolas de pensamento rivalizem!", promovendo um movimento popular que encontrou, no entanto, enormes dificuldades para se desenvolver em virtude da resistência do aparelho do partido. O próprio discurso de Mao só foi publicado meses depois, e a campanha não foi divulgada em Pequim, sob o controle de Peng. Esses quadros só a aceitam quando se asseguram de que ela respeitará determinados limites, não afetando a estrutura de poder que eles controlam. Essa experiência revelou o caráter restrito do movimento de massas – o que até certo ponto explica que muitas das críticas durante a campanha tenham adquirido um caráter direitista – assim como a incapacidade de Mao em compreender que as contradições no interior do partido e do aparelho estatal eram a expressão de interesses de classe distintos.

As dificuldades com que se defrontou Mao Tsé-tung com as "Cem Flores" e a sua percepção, embora difusa, de que estava em curso um progressivo afastamento do socialismo, leva-o a promover outra iniciativa, de grande alcance, o "Grande Salto Adiante", em 1958, que consistiu em reorganizar e acelerar a produção no campo tendo por base a mobilização e a iniciativa das próprias massas. Desse modo, o campo se tornaria a base para um desenvolvimento industrial distinto do que ocorrera na União Soviética, com a adoção de um conjunto de medidas: educação e capacitação técnica das massas, introdução no campo de centros de

produção industrial etc. Para tanto, formaram-se as comunas populares, que agruparam as antigas cooperativas em grandes unidades, buscando realizar um grau de coordenação e de socialização do trabalho superiores às experiências anteriores e nas quais também ocorreria intensa atividade de natureza educacional, intelectual e artística visando o surgimento de novas relações sociais.

O "Grande Salto Adiante" foi uma experiência importante porque permitiu vislumbrar um caminho para o socialismo fundado no esforço e na iniciativa do próprio movimento de massas, procurando evitar a reprodução de processos que excluía as massas das decisões e que favoreciam política e materialmente os quadros e dirigentes do Partido. Não obstante, a sua implementação enfrentou muitas dificuldades e seus resultados foram, muitas vezes, desastrosos, acarretando uma situação de penúria e de retração econômica. Contribuiu para isso a ocorrência de calamidades naturais de imensas proporções, a retirada dos técnicos soviéticos em virtude do estremecimento entre os dois países e a resistência e o boicote promovidos pelos setores de direita do Partido, mas a causa fundamental dos problemas foram os erros de concepção e de aplicação das medidas propostas, o subjetivismo e a improvisação. Mao assume na Conferência de Lushan a responsabilidade dizendo que "não posso contentar-me em pedir desculpas, a responsabilidade principal é minha... O que eram pretensões vazias e o que se apoiava na realidade? [...] Deveríamos ter sido mais

prudentes", mas também não deixa de registrar que o "Grande Salto Adiante" significou apenas "uma derrota parcial, em alguns setores; pagamos caro por nossa aprendizagem, o 'vento do comunismo' soprou; para todo o povo de nosso país esse foi um fator de educação". Se, como mostra Ortiz, essa avaliação de Mao dá conta das principais dificuldades enfrentadas: "subjetivismo, avaliação errada da correlação de forças, ausência de previsão, precipitação, tendência a 'queimar etapas' e ao igualitarismo absoluto", ela não alcançou o cerne do problema da transição socialista na China, que deve ser buscado em uma análise do caráter de classe da política econômica que a ala direita do partido sustentava e que foi reforçada com os resultados negativos do "Grande Salto Adiante".

O Movimento de Educação Socialista

A tendência direitista, com Liu e Deng à frente, conseguiu fortalecer as suas posições no Partido e no Estado, formulando uma linha geral que combinava o "retorno à ordem", isto é, o reforço da disciplina fabril, com a adoção de critérios de "eficácia" na economia, ou uma forma de gestão econômica similar à do capitalismo "privado". Mao deixou de ocupar a presidência da república no final de 1958, sendo substituído por Liu Shaoqi, que, juntamente com Deng – o qual controlava o aparelho partidário –, promoveu o retorno a seus cargos dos quadros afastados no início do "Grande Salto

Adiante". Em pouco tempo os efeitos dessa política se manifestaram, como indica Javier Ortiz, em uma "forte tendência à descoletivização agrária, ao endurecimento das relações sociais nos centros de produção industrial, à absolutização do critério de rentabilidade econômica, à burocratização da vida administrativa e política", a tal ponto que mesmo dirigentes relativamente moderados chegaram a denunciar a presença de "novos elementos burgueses e de outros exploradores [...] nos organismos do Partido e do Estado". Embora enfraquecido, Mao e os dirigentes a ele vinculados reuniram condições, já em 1962, para lançar uma nova ofensiva, o "Movimento de Educação Socialista", que é apresentado por Mao na 10ª Sessão Plenária do Comitê Central eleito no VIII Congresso do Partido, nestes termos: "A sociedade socialista se estende por um período histórico muito longo, no curso do qual as classes e a luta de classes continuam existindo, do mesmo modo que subsiste a luta entre a via socialista e a via capitalista, assim como o perigo de restauração do capitalismo. É preciso entender que essa luta será prolongada e complexa. É preciso redobrar a vigilância e empreender um Movimento de Educação Socialista".

O Movimento ocorreu de 1962 a 1966 como uma luta ideológica tendo como objetivo inverter a tendência ao capitalismo, que então se manifestava em todos os domínios da vida chinesa, por meio do incentivo ao coletivismo, da integração dos quadros ao trabalho produtivo, da distinção entre a linha capitalista e a linha socialista e do afastamento dos qua-

dros comprometidos com o "caminho capitalista". No entanto, o movimento se baseou em uma apreciação incorreta da natureza real dos problemas da transição socialista na China. De fato, Mao identificava o risco de uma restauração capitalista na influência corruptora que os proprietários de terras, camponeses ricos, contra-revolucionários e maus elementos exercem sobre os quadros comunistas, na infiltração desses inimigos no terreno socialista e na sedução ou intimidação que eles provocam nas massas. Del Río aponta esse limite de Mao: "Tanto a experiência soviética como a chinesa mostram que o perigo principal não vinha tanto do restabelecimento do poder das velhas classes dominantes, mas da degeneração mesma do regime revolucionário, do crescimento de suas próprias insuficiências originais, do desenvolvimento de uma nova diferenciação e estratificação social alimentada pela separação entre sistema político e massas trabalhadoras, pelo tipo de hierarquização existente, pela divisão do trabalho...".

O Movimento de Educação Socialista apresentou resultados decepcionantes, pois ao não conseguir uma mobilização de massas vigorosa, revelou-se incapaz de romper a forte resistência do aparelho administrativo e do partido, onde uma verdadeira burguesia de estado já havia firmemente se instalado.

O rompimento com a União Soviética

As relações entre os dois países estremeeceram-se após

a denúncia pelo dirigente soviético Khrutchev dos chamados "crimes de Stalin", em 1956, e a relutância dos chineses em acompanhar essa crítica, mas tornaram-se irreversivelmente graves com a recusa chinesa em aceitar as teses soviéticas da "passagem pacífica para o socialismo" e da "coexistência pacífica com o imperialismo". Essas teses inauguraram o que os chineses passaram a chamar de "revisionismo moderno" exprimindo o abandono do "internacionalismo proletário", de qualquer apoio à revolução mundial. As divergências levaram, afinal, como já mencionamos, ao rompimento unilateral pelos soviéticos dos acordos de cooperação e de toda ajuda à China, acarretando o cancelamento de centenas de contratos e projetos e a saída imediata de todos os técnicos e cientistas que os implementavam.

Mao e a "restauração do capitalismo"

A inquietação de Mao quanto aos rumos da revolução e a sua percepção de que as transformações até então operadas na sociedade chinesa eram insuficientes, aumentaram no decurso do Grande Salto. As dificuldades que essa iniciativa enfrentou obrigaram-no a aprofundar a sua concepção do problema da transição socialista.

Em seus textos de 1958 a 1960 – "A propósito de *Problemas econômicos do socialismo na URSS de Stalin*", "Anotações a *Problemas econômicos do socialismo na URSS*" e "Notas de leitura sobre o *Manual de economia*

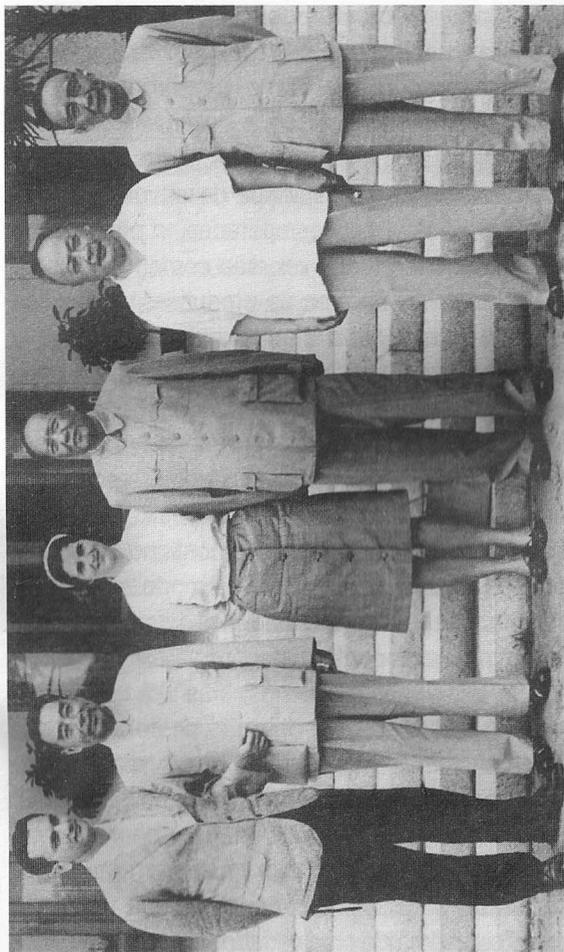
política da União Soviética" –, Mao procede a uma crítica da experiência da transição soviética e da teoria do socialismo staliniano. Mao dá aqui um passo decisivo para a compreensão do problema da transição, mas também revela os limites de sua formulação. De fato, Mao reestabelece o princípio do primado das relações de produção, que Marx havia desenvolvido em *O capital*, mas que permaneceu obscurecido e ignorado pelo marxismo da Segunda e Terceira Internacionais (e, particularmente, por Stalin). Em uma passagem das "Notas de leitura sobre o *Manual de economia política* da União Soviética", Mao mostra que "... um grande desenvolvimento das forças produtivas vem sempre a seguir à transformação das relações de produção. Tomemos o exemplo da história do desenvolvimento do capitalismo. De início apenas houve um simples reagrupamento das atividades. Depois, criaram-se fábricas e oficinas artesanais. Nesta fase, estabeleceram-se já relações de produção capitalistas, mas as oficinas artesanais não eram ainda a produção mecanizada. As relações de produção capitalistas fizeram surgir necessidades de transformação técnica, criando assim as condições para a utilização das máquinas". O que essa passagem descreve é o processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital, exposto por Marx em *O capital* e no *Capítulo sexto* (inédito) de *O capital*, e no qual ele reconstitui teoricamente o momento fundamental da transição capitalista: a uma primeira etapa, em que as relações de produção tornam-se capitalistas previamente a qualquer alteração significativa

das forças produtivas, que permanecem as mesmas da sociedade feudal, sucede – devido à necessidade de o capitalista superar os limites à extração de mais-valia – a transformação técnico-organizativa do processo de trabalho, com a introdução do sistema de máquinas, possibilitando a expropriação não somente objetiva mas também subjetiva do trabalhador direto.

Essa tese contrapõe-se ao economicismo e à idéia de neutralidade da técnica, e permite que se compreenda o sentido mais profundo da própria transição para o comunismo. Ao contrário das representações economicistas, não é suficiente a estatização dos meios de produção para que se instaure o "socialismo"; a transição socialista exige a revolucionarização das relações de produção, que não são relações jurídicas, e o surgimento de novas forças produtivas, que possibilitem o *controle efetivo do processo de produção e de reprodução pela massa trabalhadora*, permitindo assim *reverter a separação entre os meios de produção e o trabalhador direto que caracteriza a relação de capital*.

Essa leitura de Marx, a contra-corrente das interpretações dominantes, e a constituição – ao menos em seus princípios – de uma problemática original da transição e do comunismo – vinculada aos conceitos que Marx desenvolve em *O capital* –, no entanto, não impede Mao de retornar a uma concepção economicista, revelando a sua dificuldade em "estabilizar" o novo campo conceitual que ele inaugura a partir das reflexões marxianas.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL DE YOLANDA PRADO



Em 1962, uma delegação de brasileiros é recebida pelo governo chinês. Na foto acima, da esquerda para a direita, Paulo Alves Pinto (integrante da delegação brasileira), Chen En Hai (membro do Partido Comunista da China), Danda Prado (integrante da delegação brasileira), Mao Tse Tung, Chen Yi (ministro do Exército) e Kuo Muo Jo (ministro da Cultura).

De fato, em vários trechos desse mesmo trabalho, Mao identifica o socialismo com a *propriedade coletiva*, e a passagem para o comunismo com a instauração da *propriedade de todo o povo*, o aumento da produção, o desenvolvimento da cultura e da educação e com a "política no posto de comando" (porém, subordinada ao objetivo de desenvolver as forças produtivas). As transformações operadas na propriedade dos meios de produção, por sua vez, são comandadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, como fica evidenciado neste passo: "... à medida que se prolonga a coexistência entre o sistema de propriedade de todo o povo e o sistema de propriedade coletiva, ela corresponde cada vez menos às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. Ela deixa de responder plenamente às necessidades do aumento constante do nível de vida dos camponeses e da produção agrícola, e do crescimento contínuo das matérias-primas necessárias à indústria", e, de modo mais geral: "[...] a distribuição conforme o trabalho, a produção mercantil, a lei do valor etc., são conformes com as exigências do desenvolvimento das forças produtivas. Mas virá um dia em que esses princípios e essas leis deixarão de convir ao desenvolvimento das forças produtivas. Virá um dia em que serão certamente destruídos pelas forças produtivas..."

A razão para essa dificuldade decorre da *elaboração imprecisa do conceito de relações de produção* em Mao. Nas "Notas de leitura..." Mao diz que as relações de produção compreendem "o sistema de propriedade dos meios de pro-

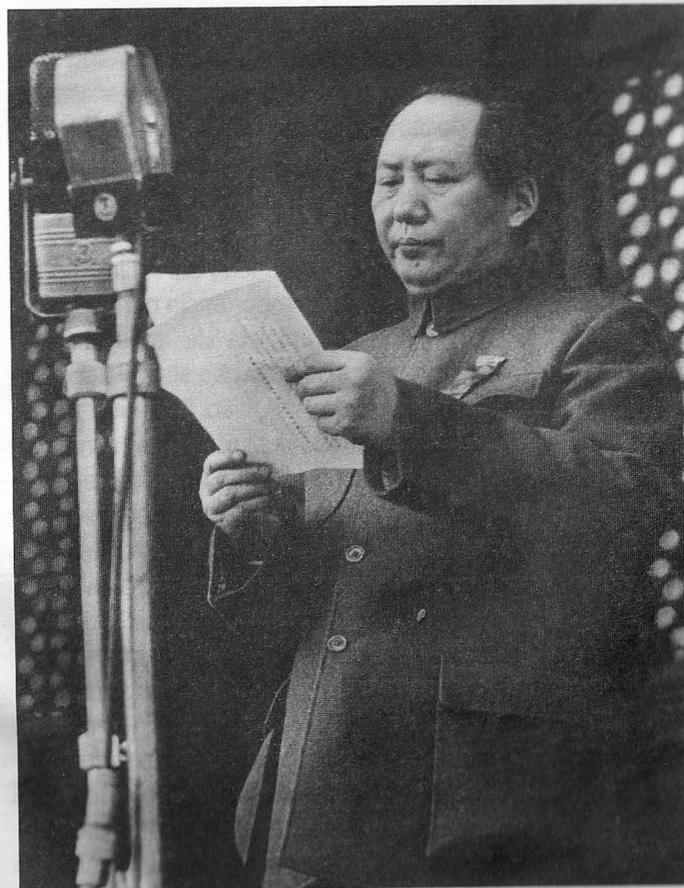
dução", "as relações humanas no trabalho" e "o sistema de distribuição", de modo que ele confunde as relações de produção, que são as relações entre os agentes da produção mediadas pelos meios de produção, com as relações de propriedade, que são a expressão jurídica das primeiras, assim como confunde as relações de produção com as relações de distribuição, que se referem à repartição dos produtos entre os indivíduos, e que depende da repartição anterior dos meios de produção entre as classes, sendo assim determinada pelas relações de produção. Mao, muitas vezes, se refere às relações de produção, mas entendendo-as como relações de propriedade, como quando afirma que a transformação de uma relação de produção significa uma verdadeira revolução, "embora não signifique a substituição de uma classe por outra", mas sim a passagem de uma economia *coletiva* em economia *de todo o povo*, isto é, de uma forma de propriedade dos meios de produção para outra, enquanto em Marx as relações de produção são relações de classe, e a sua extinção e o surgimento de novas relações de produção significam que uma determinada classe dominante foi derrubada e em seu lugar uma nova classe agora exerce o seu domínio. Do mesmo modo, quando Mao fala da abolição das relações de produção após a revolução, como condição para que sejam criadas novas relações de produção e para que as forças produtivas possam se desenvolver, trata-se, na verdade da estatização dos meios de produção, pois só é possível "abolir" ou "criar" (novas) relações de propriedade,

já que as relações de produção, no sentido que Marx lhes deu, não podem ser "abolidas", nem "criadas" por meio de medidas políticas e jurídicas, mas, ao contrário, só podem ser transformadas, *revolucionarizadas*, no curso de um longa e complexa luta de classes no decorrer da qual a própria base material, técnico-organizativa, do processo de produção deve ser igualmente transformada, com o surgimento de novas forças produtivas, que permitam ao trabalhador direto passar a ter o controle das condições da produção com a cessação do processo de valorização.

Não deve surpreender, assim, que Mao possa supor que a sociedade chinesa seja "socialista" (isto é, que existam na China "relações de produção socialistas"), e que a passagem para o comunismo não leve à derrocada de uma classe por outra, o que enfraquece (se levarmos em conta apenas essa formulação) a tese *decisiva* de Mao sobre a *continuidade da luta de classes na transição socialista*. É por isso também que o problema da derrota da revolução é pensado como uma "restauração capitalista", o que implica que o capitalismo já devesse ter sido superado para que ele pudesse ser "restaurado", quando, na verdade, as relações de produção capitalistas permanecem durante o período da transição, que é o período de luta pela transformação (revolucionarização) dessas relações.

Essa vacilação teórica de Mao dificulta muito a elaboração de uma teoria da transição rigorosa e coerente, mas explica, em parte, os problemas e impasses da Revolução Cultural que,

FOTO: FRANCE PRESSE



Mao Tsé-tung proclama a República Popular da China em 1º de outubro de 1949.

a rigor, tem como objeto a transformação das relações de produção: ela é uma luta entre classes sociais antagônicas, contra o poder da classe burguesa enraizado materialmente nas relações de produção capitalistas que continuam a se reproduzir no curso da transição socialista. Isso, não obstante, nem sempre foi perceptível nas intervenções de Mao no curso da Revolução Cultural.

Por outro lado, nesses textos críticos ao stalinismo, há ainda outros aspectos de enorme importância para a elaboração de uma teoria não-economicista da transição. Um desses aspectos é a crítica que Mao faz ao sistema do diretor único de empresa, adotado na União Soviética já nos anos 1920 e reforçado no período stalinista, que é uma forma de gestão capitalista da empresa que consagra a separação entre as tarefas de gestão e de execução, e a separação entre o trabalho manual e intelectual no processo de produção, aprofundando a separação entre o trabalhador direto e os meios de produção. Para ele, "O princípio da gestão das empresas socialistas deve ser fundamentalmente diferente do das empresas capitalistas". Entre os anos de 1959 e 1960 uma experiência de direção "socialista" de empresa é tentada na Siderúrgica de Anshan, ao ser introduzido o sistema de participação dos dirigentes na produção e dos operários na gestão, além da reforma dos regulamentos da fábrica e da busca de cooperação entre dirigentes, técnicos e operários na condução de transformações técnicas nos métodos de produção da empresa.

Outro aspecto relevante é também a ênfase que Mao dá ao papel da superestrutura na transição, ou seja, ao papel da luta política e da luta ideológica de massas no esforço de transformação social.

CAPÍTULO 3

A REVOLUÇÃO CULTURAL

Os momentos iniciais

A Revolução Cultural começou com uma crítica literária a uma peça de teatro chamada "A destituição de Hai Rui", de Wu Han, intelectual e vice-prefeito de Pequim. O autor do ataque publicado na imprensa de Xangai era Yao Wenyuan, jornalista e membro da seção de propaganda do Comitê Municipal de Xangai, e que viria a ser mais tarde um dos principais dirigentes maoístas. A iniciativa fora tomada por Mao Tsé-tung com dois objetivos: o primeiro, de desencadear um movimento de massas suficientemente forte para se opor a uma parte considerável do aparelho partidário, que ele avaliava como tendo abandonado as posições socialistas e revolucionárias; o segundo, de promover uma profunda transformação ideoló-

gica e cultural na China. Considerando, no entanto, as resistências que sofreria no interior da direção do Partido, Mao utilizou o recurso da crítica indireta, que parece tratar de uma questão cultural, mas que tem, na verdade, conteúdo político. De fato, a peça de Wu passava-se na antiga China imperial e contava a história de um funcionário que havia sido injustamente afastado de suas funções por um imperador truculento, mas apenas para aludir à destituição em 1959 do marechal Peng Dehuai, que então se opusera à orientação de Mao Tsé-tung após o episódio do Grande Salto Adiante, e que solicitava a sua reabilitação pelo Partido justamente no momento em que a peça foi escrita. O texto literário, portanto, fazia parte de uma ofensiva das correntes de direita do Partido. A reação de Mao, com a ampla e intensa repercussão da crítica de Yao, leva os conservadores a tentar manter a discussão somente no plano acadêmico, limitando os seus efeitos à literatura e às artes em geral. Representando essa corrente encontra-se o prefeito de Pequim, Peng Zhen, cuja resistência à liderança de Mao, embora nunca explicitada, era tal que o artigo de Yao teve que ser publicado em Xangai, e não em Pequim, onde os meios de comunicação estavam sob o seu controle. Peng fazia parte de um grupo de dirigentes que ocupava os mais altos cargos no Estado e no Partido, como Lu Dingyi, vice-primeiro ministro e membro do *Bureau* Político, Lu Ruiqing, chefe do Estado Maior, Yang Shangkun, membro do secretariado do Comitê Central do Partido Comunista, além de Wu, os quais serão o primeiro alvo da revolução cultural, mas também, e

sobretudo, por Liu Shaoqi, presidente da república e vice-presidente do Partido, e Deng Xiaoping, secretário geral do PCC. Mao se refere a essa situação algum tempo depois dizendo que esses dois últimos dirigentes tinham parte considerável do aparelho partidário sob o seu domínio, do que resultou “um aumento da dispersão e gerou numerosos reinos independentes ... Em Pequim, por causa de Peng Chen, eu não podia fazer nada ... como atuar contra o revisionismo, que havia crescido na cúpula do Partido...?”. Já no início de 1965 quando de uma Conferência do Partido, Mao revelava a mesma preocupação: “O essencial no atual movimento é derrotar as pessoas que ocupam postos de responsabilidade no Partido mas que seguem a via capitalista. Isso é necessário para desenvolver e consolidar as posições socialistas tanto na cidade como nas zonas rurais. Os responsáveis que tomaram o caminho capitalista ocultam-se nos bastidores, embora às vezes ocupem a primeira cena”. A tática de Mao foi concentrar o foco da luta, em um primeiro momento, nos escalões de direita intermediários, não só porque a correlação de forças no interior do aparelho partidário não lhe permitia avançar mais do que isso, mas também para deixar os dirigentes mais graduados em uma situação difícil: ou apoiar a crítica e colaborar com a destituição de quadros a eles intimamente ligados, enfraquecendo a sua própria posição para os próximos embates, ou resistir, dando sustentação aos seus aliados e revelando o seu compromisso e a sua identificação com eles, o que poderia acarretar o seu próprio fim.

Corresponde a essas condições a natureza literária ou cultural dessa luta, que, como observa Del Río, faz parte de uma tradição de embates indiretos nos quais o objetivo político imediato visado é representado por figuras ou acontecimentos históricos, o que permite fazer a sondagem das forças em conflito em um terreno secundário, possibilitando a retirada ou o avanço conforme se esteja em vantagem ou em desvantagem em relação ao inimigo. Mas esse caráter “cultural” da revolução –, ou seja, de uma transformação na superestrutura ideológica e política – correspondia também ao modo como a Revolução Cultural era compreendida no seu início pelos seus próprios formuladores, a começar por Mao Tsé-tung, que dizia que “Na sociedade socialista continuam a existir as classes e a luta de classes, a luta entre a via socialista e a via capitalista. Não é suficiente a revolução socialista apenas na frente econômica, relativamente à propriedade dos meios de produção, o que não permite assegurar as suas conquistas. É preciso também uma Revolução Socialista conseqüente na frente política e ideológica”.

No próprio curso da revolução o seu sentido mais profundo irá se revelar (mesmo que para os seus principais protagonistas ele não venha jamais a ser percebido com toda essa clareza): além da necessidade de operar uma revolucionarização no Estado – com o reconhecimento de que uma *nova burguesia exercia o poder* –, tratava-se de operar uma *revolucionarização das relações de produção*.

O primeiro órgão dirigente da revolução cultural – o *Gr-*

po dos Cinco – permaneceu inicialmente sob o controle da direita, o que é revelador da situação nos órgãos centrais do Partido. Ele era composto do próprio Peng, de Wu Han e outros conservadores e de Kang Sheng, o único representante da corrente maoísta. Mas as manobras desse grupo para limitar os efeitos da campanha contra Wu fracassaram e algum tempo depois eles foram destituídos de suas posições nos órgãos municipais de Pequim.

É no momento em que essa luta no interior dos altos escalões do partido se desenvolvia, permanecendo em grande medida secreta, que surgiu uma das mais importantes intervenções do Comitê Central do Partido no período inicial da Revolução Cultural, a “Circular de 16 de maio”.

A Circular de 16 de maio

Esse documento, apresentado em uma sessão do Bureau Político do Partido, representou um primeiro divisor de águas nas etapas iniciais da Revolução Cultural, permitindo condenar a atividade do Grupo dos Cinco e, assim, dissolvê-lo, constituindo em seu lugar um novo órgão diretivo da revolução, o Grupo Encarregado da Revolução Cultural (Gerc). A Circular submetia à crítica o Informe de Fevereiro, que Peng havia apresentado como resultado de suas investigações sobre o “Caso Hu Han”, destacando o seu caráter direitista e sua intenção de despolitizar a questão, apresentando-a como uma querela acadêmica; mostrava que o

Informe defendia uma liberalização que daria à burguesia e não ao proletariado o direito à palavra; que ele se opunha à luta revolucionária contra a ideologia burguesa e ao movimento de massas contra as autoridades acadêmicas, procurando conter a revolução cultural com apelos à prudência e à cautela, e controlar as iniciativas populares com a recomendação de só se agir com a “aprovação dos organismos dirigentes” (do Partido), e assim expondo a existência de quadros anti-socialistas em altos cargos do Partido, inclusive no Comitê Central, nos órgãos administrativos, na imprensa etc.

A Circular, portanto, considerava que o Informe de Fevereiro “protege a direita burguesa e prepara a opinião pública para a restauração da burguesia”, o que tornava necessário “criticar e repudiar os representantes da burguesia que se infiltraram no Partido, no Governo, no Exército e nos diversos setores culturais, depurá-los e transferir alguns deles para outros postos”. Como observa Del Río, a Circular de 16 de Maio rompeu com o procedimento de lutas secretas dentro dos órgãos dirigentes do Partido, revelando as suas contradições publicamente e convocando à luta contra quadros da direção partidária, apesar de a sua linguagem ainda ser cifrada e os dirigentes suspeitos não serem nomeados. Ela também reafirmou dois postulados importantes de Mao: o de que a luta de classes prossegue no período da transição e o de que a burguesia está presente nos órgãos do poder proletário, especialmente no Partido e na estrutura do Estado.

Muito embora a formulação dessas teses seja imprecisa, elas sustentavam o princípio de que o *processo revolucionário não deve se interromper*, abrindo a possibilidade da intervenção política das massas e de suas organizações em defesa do socialismo.

Desse apelo à mobilização popular resultou o surgimento de críticas públicas aos quadros dirigentes e às práticas políticas e administrativas vigentes, por meio de grandes cartazes, chamados *dazibaos*. Um deles, afixado na Universidade de Pequim, teve forte impacto por sua denúncia do reitor (logo depois exonerado) e de quadros do Partido responsáveis pelos assuntos universitários na administração municipal. Seus autores defendiam uma ampla mobilização popular contra os “revisionistas” e em defesa do socialismo. Tendo recebido o apoio explícito de Mao, o cartaz foi amplamente divulgado e contribuiu para que se generalizasse a crítica e a contestação nos meios universitários. Jean Daubier descreve o clima na Universidade de Pequim: “O *dazibao*... teve o efeito de uma faísca em palha seca. As críticas brotaram: dias e noites eram passadas a escrever cartazes e comunicados, a fazer reuniões e a discutir. Tudo foi passado a pente fino... Os estudantes, apoiados por alguns professores, organizavam quase diariamente Assembléias Gerais para criticar o seu antigo reitor. Este era acusado não só de se ter oposto à mobilização das massas e de ter tentado estrangular a Revolução Cultural proletária através de práticas burocráticas, como de ser partidário de determinados métodos pedagógicos”.

Os grupos de trabalho e o triunfo dos maoístas

Dirigentes e quadros conservadores do Partido não assistiram passivamente ao incremento da atividade das massas e das críticas que se avolumavam e que podiam vir a representar uma ameaça concreta às suas posições. Impossibilitados de se opor frontalmente à Revolução Cultural (e às orientações de Mao), esses setores, comandados por Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, em um momento em que Mao encontrava-se afastado de Pequim, aproveitaram-se da existência dos chamados grupos de trabalho, que foram constituídos quando do *Movimento de Educação Socialista*, assim como da autorização que o Comitê Central dera para o envio de um desses grupos à Universidade de Pequim, para reativá-los e para criar novos, que se instalaram então nas escolas e universidades onde a Revolução Cultural decorria. Os grupos de trabalho eram compostos de quadros do Partido, nomeados pelas autoridades locais, e também, muitas vezes, por membros proeminentes do Governo, tendo oficialmente por objetivo dirigir a crítica aos dirigentes revisionistas e à sua atividade política, mas na verdade reprimindo as correntes revolucionárias.

Foi assim que, em um período de 50 dias, de 10 de junho até o final de julho de 1966, os grupos de trabalho assumiram a direção e o controle do movimento de crítica, utilizando métodos repressivos que alcançavam aqueles que contestavam os dirigentes partidários e autoridades, além de restringir a utilização de *dazibaos*. A situação era difícil e

confusa, pois valendo-se de sua autoridade esses grupos de trabalho identificavam como “revisonistas” ou “anti-socialistas” justamente os elementos que mais haviam se destacado no curso da luta contra os dirigentes conservadores, condenados por seguirem a “via burguesa”. Como muitas pessoas acreditavam na palavra dos membros desses grupos, formaram-se, em cada estabelecimento, duas alas, uma pró e outra contra eles, daí resultando conflitos às vezes graves, com os contestadores sendo alvo freqüente de medidas de coerção física, dentre outras.

Mao retornou a Pequim em 17 de julho, permanecendo sem explicação a sua ausência em um momento crítico da Revolução Cultural. Provavelmente, face à resistência encontrada no interior do Comitê Central às suas orientações – o que pode explicar este órgão ter aprovado o envio de um grupo de trabalho para a Universidade de Pequim –, Mao se afastou para procurar reorganizar as forças políticas que lhe poderiam dar sustentação nas novas fases da luta interna. É provável, também, que tenha obtido apoio de setores do exército, o que se pode inferir de uma carta enviada ao comandante militar Lin Biao, na qual o líder chinês defendia uma participação ativa das forças militares na Revolução Cultural e sua vinculação mais estreita com o povo. De qualquer forma, ele passou quase imediatamente a criticar os grupos de trabalho e a defender a atividade dos estudantes: “os jovens constituem a força principal da Revolução Cultural”, diz, e continua, em um outro pronun-

ciamento: “As manifestações de cólera e as condenações contra os latifundiários, a burguesia, os imperialistas, os revisionistas e os seus lacaios que oprimem e exploram os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e os partidos revolucionários, assim como as lutas travadas contra eles, provam que é justo se rebelar contra os reacionários”; os estudantes, lembra ainda Mao, devem procurar unir-se aos outros setores populares.

Os maoístas reuniram forças suficientes para que, na 11ª sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista, os grupos de trabalho fossem formalmente condenados e as posições de Liu e Deng ficassem enfraquecidas, embora eles continuassem em seus postos. Sucessivas manifestações de Mao Tsé-tung revelaram a presença no Partido de dirigentes estranhos ao socialismo e ao marxismo e sabotadores do movimento revolucionário, dando assim sustentação à luta contra esses elementos e ao aprofundamento da Revolução Cultural, além de responsabilizarem dirigentes do Partido por reprimir os estudantes, o que revelaria não “haver entre eles uma verdadeira vontade democrática nem um marxismo autêntico”. Em um *dazibao* que se tornaria célebre, reportando-se ao período de atuação dos grupos de trabalho, Mao dizia que quadros do Partido em todos os níveis, inclusive nos mais elevados, atacaram a Revolução Cultural proletária e seus protagonistas, impediram a expressão de suas posições e “impuseram o terror branco” contra as massas.

Assim, o resultado da 11ª Sessão significou um reforço da Revolução Cultural, expresso em dois importantes documentos: o *Comunicado da 11ª Sessão* e a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a grande Revolução Cultural proletária*, conhecida como *Resolução em 16 pontos*. No primeiro desses documentos, o *Comunicado da 11ª Sessão*, fica expresso que o sucesso da Revolução Cultural dependia da “confiança nas massas, no apoio a elas, em sua total mobilização e no respeito ao seu espírito de iniciativa”, que não se devia ter medo das desordens, que era preciso ousar fazer a revolução e aprender com as massas antes de pretender ser seu professor. Os objetivos da Revolução Cultural eram explicitados: consolidar a ditadura do proletariado e o sistema socialista; evitar uma usurpação revisionista da direção do Partido e do Estado; prevenir a restauração capitalista.

O segundo documento, a *Resolução em 16 pontos*, é um texto de grande importância para a Revolução Cultural e seus desdobramentos futuros, podendo-se dizer que foi um verdadeiro marco divisório entre a fase inicial da Revolução e a posterior. Seus principais aspectos são estes:

1. a Revolução visa identificar e destituir os elementos que seguem a via capitalista e aqueles que difundem a ideologia burguesa nos meios acadêmicos e culturais;

2. o movimento, de modo geral, vem tendo uma orientação justa, e a mobilização das massas, sob a direção do Partido,

continua sendo necessária para vencer as resistências contra a Revolução;

3. as massas devem se libertar por seus próprios meios, ninguém podendo fazê-lo em seu lugar; é preciso ter confiança nelas e não ter medo das desordens;

4. as organizações de massas criadas no curso do movimento são órgãos do poder da Revolução, devem ter um caráter permanente e se estender aos estabelecimentos fabris, constituindo-se nos moldes da Comuna de Paris: “É necessário implementar um sistema de eleições gerais semelhante ao da Comuna de Paris para eleger os membros dos grupos e dos comitês da Revolução Cultural e os delegados aos congressos da Revolução Cultural. As listas de candidatos devem ser propostas pelas massas revolucionárias depois de amplas consultas e as eleições só terão lugar depois de seguidas discussões.

As massas têm o direito de criticar em qualquer momento os membros dos grupos e comitês da Revolução Cultural e os representantes eleitos aos congressos da revolução cultural. Se esses membros ou delegados se revelarem incompetentes podem ser substituídos por meio de eleições ou destituídos pelas massas após estas terem discutido o caso”;

5. os elementos anti-socialistas representam uma minoria, de sorte que deve haver uma unidade entre as massas e 95% dos quadros;

6. a luta deve se desenvolver sem o recurso à violência,

mas por meio da persuasão, e deve-se lembrar que as minorias podem ter razão.

A Guarda Vermelha

Embora já existisse como resultado da resistência que estudantes secundaristas e universitários, assim como professores de esquerda, opuseram aos grupos de trabalho, foi somente após a 11ª Sessão Plenária, e sob o estímulo de suas decisões, que a Guarda Vermelha surgiu na cena política e passou a exercer um papel de vanguarda, de importância decisiva para o prosseguimento da Revolução. Ela era formada por milhões de estudantes secundaristas e universitários, grande parte deles de origem operária e camponesa, organizados em todos os estabelecimentos de ensino em sessões, destacamentos e, no nível mais elevado, nas províncias e cidades, em quartéis-generais. A liderança era eleita e revogável a qualquer momento pela militância. Os guardas vermelhos desenvolveram uma frenética atividade de propagação da Revolução Cultural – até então restrita a poucas cidades e quase somente aos estabelecimentos de ensino – por toda a China e por todos os setores de atividade, nos escritórios, nas fábricas. Foram os agentes do inconformismo e da revolta, incentivando a organização popular contra as formas de poder que reproduziam as práticas burguesas. Realizaram também imensas concentrações em Pequim, sendo que a primeira delas, em 18 de agosto de 1966, contou com a presença de Mao

Tsé-tung, que, em um gesto simbólico de apoio à Guarda Vermelha, recebeu a braçadeira que todo militante ostentava e que era o traço distintivo do movimento. Esse apoio também foi expressado, nesse evento, por outros importantes líderes, particularmente por Lin Biao, que ascendera ao segundo posto no núcleo do poder.

Assim, a Revolução Cultural entrou em uma nova fase, na qual as massas foram estimuladas a exprimir livremente as suas críticas aos quadros do Partido, pondo em marcha um processo que deveria resultar na destituição dos elementos engajados na “via burguesa”.

No entanto, muitas serão as dificuldades enfrentadas nesse momento da Revolução. Uma parte considerável do aparelho partidário e dos órgãos administrativos, além das direções das fábricas, continuava a se opor ao movimento, ajudado pelos meios de controle e de repressão sobre as massas de que dispunham. Estas, por sua vez, muitas vezes recebiam participar de uma atividade que podia lhes trazer conseqüências sérias, ou, então, em grau maior ou menor, manifestavam uma adesão espontânea aos quadros do partido que julgavam ser os representantes de um poder “socialista”. A adesão também era limitada em virtude da falta de clareza sobre o objetivo da luta em curso. Uma particularidade da situação na China torna mais complexo e confuso o quadro: como não era possível a ninguém opor-se publicamente às posições de Mao, todos se apresentavam como maoístas, inclusive os que não aceitavam as suas orientações e procuravam sabotar o movimento revo-

lucionário e reprimir os seus partidários. Daí resultou o surgimento de organizações de guardas vermelhos que, embora se apresentassem como “de esquerda”, eram, na verdade, “de direita”, sustentando os quadros “burgueses” do Partido. Isso também veio a ocorrer no meio operário, onde os sindicatos, controlados pelo Partido, organizaram grupos para combater os guardas vermelhos, qualificados como “inimigos do socialismo” e igualmente no campo, disso resultando confrontos muitas vezes violentos, inclusive com vítimas fatais.

De qualquer forma, a Revolução Cultural conseguiu penetrar no campo, embora com muitas dificuldades e limitações, e nas fábricas, mobilizando a classe operária, que então criou organizações de “rebeldes revolucionários” nas empresas e em outros locais de trabalho, em moldes similares aos dos guardas vermelhos.

Não obstante, a luta de facções prosseguiu com graus de violência cada vez maiores, e na qual os grupos conservadores, municiados pelas autoridades locais, em geral conseguiram impor severas derrotas à esquerda.

A influência dos quadros do Partido era tamanha que em Pequim eles chegaram a exercer controle sobre organizações de guardas vermelhos, dentre elas o *Comitê de Ação Unida*, ao qual adere uma parcela de trabalhadores dirigidos por lideranças sindicais conservadoras, e que promoveram ataques de violência brutal contra os integrantes dos guardas vermelhos revolucionários agrupados no 3º *Quartel-General*, do que resultou muitos feridos e mortos.

Essa situação só começou a mudar em dezembro de 1966, quando as atividades dessa organização de direita foram condenadas e ela foi desarmada e desarticulada, mas outras correntes conservadoras similares continuaram a agir em muitos lugares do país.

A revolução de janeiro

Em janeiro de 1967 o eixo da Revolução Cultural deslocou-se para a cidade de Xangai, grande centro industrial, com a massa trabalhadora passando a cumprir um papel destacado a partir de então. O movimento na cidade desenvolveu-se com o trabalho de agitação e de organização que os guardas vermelhos locais e aqueles vindos de Pequim promoviam nas fábricas. Nos meses precedentes o movimento de massas tinha tido muita dificuldade para avançar devido à oposição que os dirigentes municipais lhe faziam, por meio de manobras, pressões e o incentivo à divisão e ao confronto entre setores das massas. A principal organização operária formada então, com o apoio decisivo dos guardas vermelhos, foi o *Quartel General dos Operários Rebeldes Revolucionários*, liderada por Wang Hongwen – mais tarde um dos “quatro” dirigentes maoístas –, e que passou a comandar a luta na cidade contra as autoridades municipais e organizações de massa conservadoras estreitamente vinculadas a elas. Após uma série de confrontações e lutas logrou-se a transferência do poder com a criação de novos órgãos e a

substituição de parte dos antigos dirigentes, permitindo à classe operária – não obstante o caráter limitado dessa transferência – um aumento considerável de sua influência política e de sua capacidade de intervenção no processo produtivo.

A Comuna de Xangai e os Comitês Revolucionários

Proclamada em 5 de fevereiro de 1967, a Comuna de Xangai sobreviveu apenas até o dia 24 de fevereiro, quando foi substituída por um Comitê Revolucionário. Não se tratou de uma simples mudança de nome mas de um recuo de importância decisiva, tanto teórica como política. Determinada por Mao e pela direção maoísta, essa mudança revelou os limites da Revolução Cultural e do próprio maoísmo. Na justificativa que Mao apresentou para a sua atitude, além de razões secundárias ou pouco relevantes, aparece a razão de fundo: “se o sistema de Comunas se generalizasse”, pergunta Mao, “o que seria do Partido?; não haveria mais um núcleo dirigente?; isso não acarretaria uma mudança no sistema político?”. A vacilação de Mao aparece aqui de modo extremamente claro na recusa em aceitar a constituição de uma forma política de exercício do poder diretamente pelas massas, do que resultaria o controle por parte delas do aparelho estatal e de seus funcionários, como uma etapa do processo de extinção do próprio Estado. A preservação do partido e do “sistema político” existentes significa a preservação da forma de Estado que – na ausência de uma real

transformação das relações de produção – permitiu a constituição de uma burguesia estatal – justamente a razão para que fosse necessária uma “Revolução Cultural”. Essa medida se torna ainda mais reveladora do recuo de Mao quando constatamos que a Comuna de Xangai foi proclamada por Zhang Chunqiao – um dos principais representantes da direção maoísta – e por organizações de massas que com ele mantinham relações estreitas, e que mesmo a intenção manifestada por outras organizações, que foram impedidas de participar de sua criação, de fundar uma outra Comuna, não significaria igualmente a perda do controle da situação pelos maoístas, porque também essas organizações não se opunham de modo frontal à orientação da direção central. Ou seja, a Comuna, tal como surgiu nas condições concretas da Revolução em Xangai, não significava um rompimento com a forma política ainda existente na China. *Mas a Comuna significava a possibilidade de uma transferência efetiva do poder para as massas*, portanto a extinção do Partido, o que aparece como um limite intransponível para Mao e seus seguidores. Esse ponto decisivo da Revolução Cultural foi percebido com maior clareza pelas correntes de “extrema”-esquerda. A adoção da forma Comuna em toda a China foi defendida, por exemplo, por uma dessas organizações, o Comitê da Grande União Revolucionária Proletária da Província de Hunan (Shengwulian), assim como por um dos membros da esquerda do Gerc, Wang Li.

Já os Comitês Revolucionários foram constituídos sob re-

lativo controle da direção central, tornando-se um instrumento de recuperação do poder pelos antigos quadros do Partido Comunista e de afirmação do papel central que os militares passaram a ocupar na revolução cultural. Os comitês eram compostos de representantes das massas, quadros do partido e por militares, dificultando muito ou mesmo impedindo uma participação expressiva das massas neles. Mesmo assim, em alguns casos, eles permitiram o alargamento da influência popular no processo decisório, o que explica a decisão dos dirigentes em criar Comitês Revolucionários somente onde “fosse necessário”, isto é, onde o movimento de massa já tivesse destituído os líderes locais; em muitas outras províncias, cidades, escolas, fábricas etc., admitia-se que os quadros eram confiáveis ou tinham cometido apenas ligeiros desvios, o que não os inabilitava para continuar nos seus cargos, tornando desnecessária a transferência do poder.

A revolução em *sursis*

Os militares como *deus ex machina**

Por decisão de Mao e da corrente maoísta, a intervenção do Exército Popular de Libertação na Revolução Cultural se estendeu de modo significativo a partir de janeiro de 1967. Por meio do chamado “controle militar”, as forças armadas assu-

* *deus ex machina*: resolução inesperada de uma situação de impasse por um agente externo.

miram a gestão de fábricas e a administração pública em algumas províncias, e a reorganização de equipes de produção nas comunas rurais. Imiscuindo-se no próprio movimento de massas, eram os militares que discriminavam as organizações que seriam verdadeiramente “de esquerda” e procuravam conter as condenações aos quadros. Neste último caso, cabia aos militares discernir, existindo julgamentos divergentes a respeito de um quadro, qual era o correto. Vemos assim que, substituindo-se às próprias massas, o exército dotava-se de atributos únicos que lhe permitiam descobrir a verdade ali onde ninguém mais era capaz de fazê-lo, e sem que as massas populares lhe tivesse concedido qualquer mandato ou delegação para tanto. Agentes da verdade e guardiões da “linha revolucionária”, os militares podiam aparecer como uma instância acima dos conflitos de classe que cortavam a sociedade chinesa, uma espécie de tribunal supremo da razão revolucionária.

Na verdade, a intervenção do aparelho militar, juntamente com o abandono da forma Comuna de gestão do poder em Xangai, marcam uma nova fase da Revolução Cultural, caracterizada por sucessivos recuos da direção maoísta em relação ao processo de transformações políticas e sociais, e a retomada do controle e da direção do movimento pelo Partido e pelo Exército. Talvez o sintoma mais expressivo disso seja a recomposição dos aparelhos partidário e administrativo, com o retorno de muitos dos antigos quadros afastados pelas massas nos meses anteriores e as contínuas vagas de repressão contra as correntes de “ultra”-esquerda.

Estabilizando a revolução: a Grande União e a Tríplice União

Com a adoção do sistema de Tríplice Aliança, os novos organismos passaram a ser compostos de membros escolhidos pelo movimento de massas, de membros das forças armadas e de antigos quadros, de sorte que o controle e a participação populares nos Comitês Revolucionários se tornaram, em grande medida, formais. Com o apelo à Grande União, as organizações de massas revolucionárias são pressionadas a aceitar a sua fusão com organizações conservadoras. Nas escolas, as atividades pedagógicas são retomadas e a militância dos estudantes controlada.

O que se observa, assim, é uma severa limitação do movimento de massas na Revolução Cultural, com as transferências de poder e a constituição de Comitês Revolucionários sendo então proibidas nos órgãos superiores da administração, a disciplina do trabalho nas fábricas e no campo reforçada, e os quadros afastados no curso da luta passando a ser reabilitados.

Lutando contra a corrente: a “ultra”-esquerda

Essa política de compromisso com a direita e de recondução dos antigos quadros afastados no curso da Revolução Cultural não só favoreceu a sua retomada do poder como também os estimulou a recorrer à violência contra os militantes de

esquerda, notadamente nas províncias. Essa situação acabou por provocar a reação de setores do Gerc mais comprometidos com o processo de transformações e mudança no poder que deveria resultar da Revolução. Esses dirigentes – Wang Li, Guan Feng, Qi Benyu e Lin Jie – passaram então a desenvolver intensa atividade contra a orientação em curso.

Essa tendência de esquerda do Gerc identificou os pontos de bloqueio da Revolução no Partido e no Exército. De fato, a estrutura do Partido revelou-se um meio privilegiado para o retorno dos antigos quadros afastados no decurso da Revolução Cultural, permitindo a eles combater o movimento de massas e as suas organizações políticas, juntamente com amplos setores das forças armadas a eles aliados.

O envolvimento cada vez maior dos militares contra o movimento popular e suas organizações evidenciavam, para a esquerda do Gerc, a necessidade de estender a crítica e a depuração também aos quadros do Exército, assim como contra Zhou Enlai, o principal dirigente responsável pela sustentação e apoio aos quadros burgueses. O conjunto de iniciativas que essas lideranças promoveram – e que procurou restabelecer a Revolução Cultural como movimento de massas anticapitalista, não foi, no entanto, apoiado por Mao nem pela direção central, a essa altura já interessada em um compromisso com as tendências direitistas e com os setores militares. Daí resultou o desencadeamento de uma forte onda repressiva contra a esquerda, levando ao expurgo dos líderes dessa corrente do Gerc.

A revolução interrompida

Esse episódio, juntamente com os acontecimentos em Xangai, marcaram o influxo da Revolução Cultural, embora ela ainda se estendesse formalmente por mais algum tempo.

De fato, o que assistimos, a partir do final de 1967, é o restabelecimento da autoridade do Partido com a reconstrução dos órgãos do poder político, com uma reduzida participação popular, e sob o controle dos quadros e militares a eles aliados.

Isso não significa, no entanto, que a Revolução não tenha produzido qualquer modificação na correlação de forças internas no Partido e no Estado, e que a luta antiburguesa tenha cessado completamente, porém, o que predomina é a restauração, parcial mas progressiva, da situação anterior a 1966. É por essa razão que novas campanhas “anti-esquerdistas” continuaram a ser promovidas no início dos anos 70 visando destruir as organizações de massa revolucionárias ainda existentes. Os quadros do Partido sob o comando de Zhou EnLai aliados ao exército dirigido por Lin Biao lançam uma ofensiva em 1970 e 1971 que impressiona pela violência com que atingiu os “esquerdistas”. As vítimas são milhares, presos ou executados, ao mesmo tempo que um número imenso de jovens das guardas vermelhas foram enviados compulsoriamente para o campo e para as minas, com o objetivo de dispersá-los e puni-los. Tudo isso ocorreu dentro de um quadro de manipulação ideológica tipicamente stali-

nista, com os acusados sendo identificados como de “direita”, pró-capitalistas, antimaoístas, trotskistas e anarquistas.

Pouco tempo depois o próprio Lin Biao foi vitimado em um episódio obscuro, provavelmente como resultado da disputa entre uma parcela dos dirigentes militares e os quadros civis do Partido, mas revelador da distância que havia entre o centro do poder real – com as suas lutas internas secretas –, e a atividade política das massas, limitada e enquadrada por diretrizes e ordens do Partido, como a campanha de “massa” contra Lin em 1974-1975.

A atitude de Mao nesse período, como vimos, foi de clara oposição à iniciativa das organizações de “extrema”-esquerda em prosseguir a Revolução e promover a revolucionarização do Estado com a adoção da forma Comuna, defendendo ao contrário a reconstrução do aparelho estatal e do Partido. É provável que estivesse em minoria, mas não se conhece qualquer esforço de sua parte para combater as tendências de direita, mesmo contando com recursos, materiais e ideológicos, para enfrentá-las. É fácil imaginar o efeito que uma intervenção sua teria, dispondo de uma autoridade incontestável, quase absoluta, porém o grupo maoísta limita-se a desenvolver um trabalho propagandístico na imprensa e a apoiar um conjunto de iniciativas dos trabalhadores de transformação na organização dos processo de trabalho em um número restrito de fábricas – que é de uma importância extraordinária, mas que, pelo seu caráter parcial e sua extensão limitada e, sobretudo, pela ausência de um poder popular efetivo a lhe dar sustenta-

ção, revelaram-se ilusórios e insustentáveis. Esse limite infranqueável de Mao e dos maoístas decorre, no fundo, de uma compreensão incorreta da natureza das relações de produção na China, consideradas “socialistas”, no “essencial”, o que traz como conseqüência não perceber que as contradições dentro do Partido e do aparelho estatal são contradições entre classes sociais cuja existência decorre da não-transformação das relações de produção capitalistas – essa é a sua base real – e não contradições limitadas à instância política, que acabam por configurar “desvios” de conduta política de pessoas que podem ser “recuperadas” para o socialismo após um período de “reeducação”.

Mesmo assim, até 1976, esse esforço fundamental de revolucionarização das relações de produção foi empreendido – embora fosse restrito e parcial. Tratou-se de um processo muito complexo, no qual, de certa forma, segmentos de trabalhadores nas fábricas conseguiram elevar e até certo ponto ultrapassar as formulações insuficientes do próprio Mao sobre a necessidade de levar a cabo uma transformação efetiva no processo de produção capitalista. Essa iniciativa de massas, que o maoísmo liberou teórica e politicamente, foi, certamente, limitado em sua extensão e profundidade, mas foi com ele que a Revolução Cultural adquiriu o seu sentido mais profundo (juntamente com a questão do poder, no entanto, já resolvida em sentido desfavorável para os trabalhadores). Todas essas limitações foram o resultado das dificuldades teóricas e práticas de um empreendimento inédito, mas também das derrotas po-

líticas precedentes, que tiraram dos trabalhadores e dos setores militantes de vanguarda da esquerda, a possibilidade de um exercício real do poder. Por sua vez, essa vanguarda revolucionária – a “extrema”-esquerda – não chegou a compreender a necessidade de uma transformação real das relações de produção, o que a desarmou teoricamente e deu uma relativa inseqüência à sua intervenção política. Esse “corte” ou tempos diferentes entre a revolucionarização do poder e a revolucionarização das relações de produção acabou por se mostrar fatal para a Revolução Cultural.

Com a morte de Mao em 1976, em pouco tempo o núcleo maoísta – o chamado “bando dos quatro” – foi destituído e uma nova onda de repressão liquidou o que restara de influência revolucionária na China. Um fim melancólico para uma experiência que, não obstante o seu caráter limitado, foi o momento mais avançado de transformação socialista na história.

O significado da Revolução Cultural

O sentido da Revolução Cultural – como já começamos a ver – não reside, portanto, nas transformações no âmbito da “cultura” ou, de modo mais amplo, da superestrutura, embora estas cumpram um papel de grande importância na transição socialista. O que a Revolução Cultural apresentou de novo foi a compreensão da *natureza da transição socialista*, repondo um conjunto de teses *antieconomicistas* que Marx formulou em seus princípios, mas sem ter podido

dar a elas uma forma conceitual rigorosa. O resultado da elaboração teórica maoísta (de Mao e dos teóricos maoístas) é, no entanto, muito irregular, parcial e, freqüentemente, insatisfatório, mas suficiente para produzir *elementos* de conhecimento essenciais para se pensar a passagem ao comunismo, abrindo, assim, à teoria marxista um terreno que lhe era propriamente estrangeiro, com a concepção de Marx sendo substituída pelo “socialismo jurídico” (do qual o stalinismo é uma de suas principais expressões).

De fato, toda a tradição da Segunda e Terceira Internacionais sustentava que para haver a transição socialista eram condições suficientes a tomada do poder do Estado por um partido proletário e a estatização dos meios de produção. Supondo que o desenvolvimento das forças produtivas era o motor da história, essa concepção sustentava que os meios de produção sofriam um processo de socialização já no interior do capitalismo, mas, por força da existência de relações de propriedade (confundidas com as relações de produção) privadas, o processo de produção continuava a ser um processo de valorização do capital. Assim, seria suficiente a tomada do poder por um partido proletário para que a propriedade privada dos meios de produção fosse abolida e, conseqüentemente, os meios de produção já socializados fossem “recebidos” na sociedade socialista. Com isso, o problema do socialismo seria tão somente o de desenvolver o mais amplamente possível as forças produtivas, agora sem os entraves das relações de propriedade privadas

que as continham, não sendo sequer aventada a necessidade de uma transformação do caráter dessas forças produtivas, que podiam então aparecer como “neutras”, sem qualquer determinação social, de classe.

O que as intervenções de Mao e a prática da Revolução Cultural em certa medida permitiram conhecer – e nisso podemos ver um verdadeiro retorno à inspiração originária de Marx – é que não é suficiente para a ultrapassagem do capitalismo a simples transferência da titularidade dos meios de produção da burguesia privada para o Estado, porque o capital não é uma relação jurídica, uma relação de propriedade, mas uma relação social de produção, valor que se valoriza, como diz Marx, de modo que o seu fim depende da cessação do processo de valorização. Para que isso possa ocorrer é necessário que os trabalhadores tenham o controle efetivo do processo de produção, isto é, que eles não mais estejam separados dos meios de produção, o que significa superar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e superar a divisão entre as tarefas de direção e as tarefas de execução no processo de trabalho, permitindo-lhes a reapropriação das condições objetivas e subjetivas da produção. Ora, o domínio do capital se funda justamente na expropriação tanto das condições objetivas da produção – o capitalista tem o controle dos meios de produção – como das condições subjetivas da produção – o capitalista expropria o operário de seu conhecimento técnico-organizativo, a sua “potência mental”, em um processo que Marx denomina de subsunção formal e sub-

sunção real do trabalho ao capital. Pois bem, só é possível alcançar o controle completo da força de trabalho – o domínio da subjetividade operária – com a introdução dos sistemas mecanizados no processo de trabalho, que permitem transformar o trabalhador direto em um apêndice da máquina, um simples operador que acompanha seus ritmos e movimentos. Desse modo, o que Marx já tinha demonstrado e Mao e a Revolução Cultural redescobrem (embora parcialmente), é o caráter de classe, socialmente determinado, das forças produtivas, ou seja, a sua subordinação às relações de produção (portanto, à luta de classes) que são os elementos determinantes dos processos sociais e históricos. E assim, abrem a via para que seja descoberto também, e necessariamente, que a transição socialista é transformação das relações de produção e das forças produtivas capitalistas por novas relações de produção e forças produtivas comunistas, por meio da luta do proletariado e das massas trabalhadoras. Essa luta é contra o capital, que continua a existir depois da revolução e, portanto, contra a burguesia que comanda o processo de valorização. Essa burguesia não é a antiga burguesia proprietária de antes da revolução, que é expropriada dos seus meios de produção – embora muitos desses antigos burgueses também possam integrá-la –, mas uma nova burguesia, composta dos agentes que o partido designa para dirigir as fábricas e para os postos de comando no aparelho estatal, ou seja, por todos aqueles que direta ou indiretamente dirigem o processo de valorização e decidem sobre o destino do produto. Assim,

independentemente da percepção subjetiva que esses agentes possam ter de sua posição social e independentemente de suas representações sobre o papel que cumprem, eles formam objetivamente uma classe burguesa porque comandam um processo de trabalho subordinado ao fim de extração de mais-valia do trabalhador direto. O que é fundamental, portanto, não é o título de propriedade dos meios de produção, mas a disposição efetiva deles, a capacidade de utilizá-los e de tê-los sob o seu controle e domínio, independentemente de qualquer determinação jurídica.

É verdade que em Mao essas questões não aparecem com toda essa clareza conceitual, que Mao as formula de modo muito menos rigoroso, com claras insuficiências teóricas, especialmente na caracterização da nova classe burguesa e do primado das relações de produção, mas de modo a permitir, no entanto, o estabelecimento do marco inaugural de uma nova problemática da transição socialista. Em um texto de novembro de 1967, por exemplo, ele diz que “o período de transição está repleto de contradições e de lutas. Nossa luta revolucionária atual é ainda mais profunda do que a luta armada do passado. É uma revolução que enterrará totalmente o sistema capitalista e todos os demais sistemas de exploração”. É um reconhecimento de que na China perdura o modo de produção capitalista e de que é necessária uma luta similar à que derrotou a antiga classe dominante em 1949. Portanto, isso equivale a dizer que no período que vai de 1949 a 1966, não houve uma ruptura com o capital, que

continuou a se reproduzir, independentemente da estatização dos meios de produção. Ainda neste texto Mao afirma que a tentativa anterior de luta contra o capitalismo – o movimento de educação socialista – fracassou precisamente porque “não havíamos encontrado uma forma, um meio para mobilizar as amplas massas ...”, o que significa que para Mao a Revolução Cultural, que é esta forma, deve ser um movimento de massas, que a superação do domínio do capital só é possível se for o resultado da iniciativa e da ação do povo.

Os limites da Revolução Cultural e do marxismo de Mao

Que revolução?

O primeiro limite da Revolução Cultural reside no *alcance muito restrito* das transformações ocorridas no aparelho partidário e estatal e no processo de produção. É verdade que o Partido Comunista foi objeto da ação das massas, que vários de seus órgãos foram desmantelados ou se tornaram inoperantes, e não foram poucos os quadros criticados e afastados de suas posições no curso da luta. Mas essa “depuração”, como resultado da atividade do movimento popular, atingiu apenas as instâncias inferiores do Partido, enquanto os órgãos partidários centrais permaneceram imunes ao movimento, ao mesmo tempo que procuravam controlá-lo e dirigi-lo. Quando um alto dirigente “caía em desgraça”, as massas eram informadas, no momento oportuno e conve-

niente para a cúpula do Partido, e só a partir de então ela passava a ser visada pela crítica aberta e pública. As contradições e lutas internas entre os dirigentes eram secretas e resolvidas sem qualquer participação popular. Mesmo o esforço das massas de destruição parcial do aparelho partidário, e de sua substituição por outras formas de organização, era visto com cautela e desconfiança, senão com hostilidade, ou era simplesmente interrompido e reprimido pelos órgãos diretivos. Houve um esforço para preservar o Partido, enquanto tal, isto é, como órgão dirigente da Revolução, assim como os seus quadros, considerados na quase totalidade como leais ao socialismo. A repressão direta às organizações de “ultra”-esquerda e de guardas vermelhos, a proibição da Comuna, o esvaziamento das formas de gestão operária e até dos Comitês Revolucionários e a rápida reconstituição da estrutura partidária – com a reintegração da maioria dos antigos quadros – evidenciaram que *não houve uma real transferência do poder*, que permaneceu sendo exercido pelo Partido, isto é por uma burguesia de Estado, e não pelas massas populares. Ora, a experiência da Revolução Cultural – assim como a da revolução soviética – mostra que, se o partido é um instrumento capaz de organizar e dirigir um movimento revolucionário, desde que certas condições, geralmente excepcionais, ocorram, ele *não é absolutamente capaz de organizar e dirigir o processo de transformação socialista após a tomada do poder*. Ao contrário, o Partido é um dos principais obstáculos à *apropriação do po-*

der pelas massas e à transformação efetiva das relações sociais. De fato, é no Partido que a burguesia de Estado encontra o meio mais propício para organizar o seu domínio de classe, controlando o aparelho estatal e o aparelho produtivo, além do aparelho cultural e de comunicação e o escolar.

Sem a adoção da forma Comuna e com a progressiva extinção dos Comitês Revolucionários – já muito limitados em sua composição e atribuições – e, sobretudo, com o aparelho militar *inteiramente separado e situado acima do movimento popular*, o Estado não conhece qualquer transformação real, não há nenhuma transferência do poder para as massas.

O processo de transformação das relações de produção atingiu apenas um número restrito de fábricas, e mesmo nessas ele foi duplamente prejudicado, seja pelo caráter parcial dessas transformações, seja pela ausência de um poder político real dos trabalhadores, o que limitou enormemente o alcance das inovações obtidas e a sua generalização. Por outro lado, como demonstra Charles Bettelheim, essas transformações *restringiram-se ao processo de produção imediato, escapando ao controle dos operários o processo de reprodução*.

Assim, a separação dos produtores diretos dos meios de produção, ou seja, a ausência de controle das condições da produção por parte da classe operária, persistiu e as relações de produção capitalistas continuaram a se reproduzir na forma de um capitalismo de Estado.

O segundo limite da Revolução Cultural diz respeito à ausência de uma liberdade plena de elaboração teórica, de or-

ganização e de ação política. Só era admissível ao movimento popular mover-se dentro do espaço do “marxismo-leninismo” e do “pensamento de Mao Tsé-tung”, e do “socialismo”, supostamente já existente. O “maoísmo” converteu-se na expressão perfeita e acabada da verdade, e Mao na autoridade incontestável e o juiz supremo do saber teórico. Ora, isso impediu que as massas pudessem aprender com a sua própria experiência de luta e de transformação revolucionária, impediu que fosse recolhida e elaborada teoricamente essa experiência, se ela contrariasse os dogmas consagrados, e impediu, por fim, o conhecimento científico dos processos complexos de luta social, dificultando ou mesmo bloqueando a transformação das relações sociais. O culto a Mao foi a expressão extrema dessa tendência, com os seus rituais quase místicos, a sua crença quase religiosa e o seu caráter irracional, que retirava das massas a sua capacidade de pensar, de refletir, a sua autonomia intelectual e política. Isso significa um afastamento do marxismo, que é uma teoria crítica das estruturas sociais e históricas, uma teoria científica que admite a verificação e retificação de seus princípios e resultados pela prática social e teórica.

Assim também o engajamento das massas no movimento revolucionário não pôde ultrapassar os objetivos que a direção do partido estabelecia, permanecendo sob a tutela do Exército, transformado em suposta instância arbitral dos conflitos, mas que, na verdade, decidia de acordo com as orientações do grupo dirigente (mesmo que essas orienta-

ções pudessem ser contraditórias em decorrência das disputas entre as tendências internas do Partido).

O terceiro limite diz respeito à *dificuldade dos agentes da revolução compreenderem a natureza do processo em curso e os seus objetivos*. A falta de uma análise das contradições reais da transição socialista na China transformou muitas vezes a Revolução em uma disputa pelo poder, confusa e local, direcionada contra certas pessoas identificadas política e ideologicamente com a burguesia, e não *contra a causa da existência de uma classe burguesa nova (uma burguesia de Estado) durante a transição socialista, isto é, a não-transformação das relações de produção capitalistas e das formas de domínio burguês*.

Esses limites e insuficiências da Revolução Cultural remetem para os limites e insuficiências do marxismo de Mao. De fato, *Mao não logra superar completamente o economicismo*, malgrado o avanço que ele representa em relação ao marxismo da Segunda e Terceira Internacionais. O que isso significa? Significa que *a tese do primado das relações de produção joga um papel subordinado no dispositivo conceitual maoísta*, razão pela qual nunca encontramos uma verdadeira análise dessa questão, que emerge esporadicamente na forma de instruções ou comentários rápidos e isolados. Mao e o grupo maoísta que lhe é próximo (e especialmente Zhang e Yao) sempre afirmaram a natureza socialista da sociedade chinesa, na qual as relações de produção só não eram completamente socialistas porque padeciam de certas

“imperfeições”. A dificuldade aqui, como já vimos, diz respeito à identificação entre a propriedade estatal e o socialismo, desconsiderando que uma simples operação jurídica não pode acarretar nenhuma transformação real nas relações de produção. A própria *Resolução em 16 pontos* fala em “base econômica socialista” e em “consolidação e desenvolvimento do sistema socialista”. Isso acarreta a impossibilidade não só de identificar a natureza social da burguesia e o papel que ela efetivamente cumpre no processo de produção, como ainda de compreender que a sua extinção só pode ocorrer se o processo de valorização cessar, com a constituição de novas relações de produção (comunistas) e de novas forças produtivas (comunistas). Embora em muitas fábricas as próprias massas tenham perseguido esse objetivo, a compreensão disso permaneceu difusa, sem que tivesse sido produzido o conhecimento teórico necessário para orientar a ação revolucionária.

Não obstante todas as dificuldades, a elaboração teórica de Mao e a experiência da Revolução Cultural permitiram recuperar aspectos decisivos da teoria de Marx, abrindo para o conhecimento um terreno ignorado: a transição socialista. É a partir de Mao e da Revolução Cultural – sobretudo de suas insuficiências – que é possível elaborar conceitualmente a transição e traçar uma estratégia de ultrapassagem efetiva do capital. Sem isso, sem essa condição essencial, o socialismo jurídico triunfará sempre sobre o marxismo e o processo do capital não se interromperá jamais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Textos de Mao:

- Mao Tsé-tung. *Esbozo autobiográfico*, Bogotá, Margen Izquierdo, 1972.
- _____. *Obras escolhidas*, Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras, 1975.
- _____. *Rivoluzione e costruzione*, Turim, Einaudi, 1979.
- _____. *Le grand livre rouge*, Paris, Flammarion, 1975.
- Schram, Stuart (org.); *Mao Tse-tung unrehearsed*, Londres, Penguin, 1974.
- Hu Chi-Hsi (org.). *Mao Tsé-tung e a construção do socialismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

2. Texto biográfico sobre Mao:

- Schram, Stuart. *Mao Tsé-tung*, Rio de Janeiro, BUP, 1968.

3. Textos sobre o pensamento de Mao:

- Marmor, François. *El maoísmo*, Barcelona, Oikos-tau, 1979.
- Golfin, Jean. *La pensée de Mao Tse-toung*, Toulouse, Privat, 1971.
- Río, Eugenio del. *La teoría de la transición al comunismo en Mao Tsetung*, Madri, Editorial Revolución, 1981.
- Bonfantini, Massimo. "Gli elementi di attualità della filosofia di Mao Zedong", in *Studi in onore di Lionello Lanciotti*, Nápolis, Istituto Universitario Orientale, 1996.
- Eherick, Joseph. "On the 'restoration of capitalism' – Mao and marxist theory", in *Modern China*, v. 5 (1), 1979.
- Corrigan, Philip. Harvie Ramsey e Derek Sayer, *For Mao*, Nova Jersey, Humanities, 1979.
- Soo, Francis. *Mao Tse-tung's theory of dialectic*, Dordrecht, D. Reidel, 1981.
- Badiou, Alain. *Théorie de la contradiction*, Paris, Maspero, 1976.
- Bettelheim, Charles. "Uma carta sobre 'O marxismo de Mao'", in *Cadernos Dom Quixote*, nº 42, 1971.
- Saint-Pierre, Héctor. *A política armada* (cap. 5), São Paulo, Unesp, 1999.

4. Textos sobre a China e a revolução chinesa em geral:

- Pischel, Enrica Collotti. *História da revolução chinesa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976.
- Chesneaux, Jean et alii. *Histoire de la Chine*, Paris, Hatier, 1976.

Masi, Edoarda. *Breve storia della Cina contemporanea*, Bari, Laterza, 1979.

5. Textos sobre a República Popular de 1949 a 1965:

Masi, Edoarda. *Breve storia della Cina contemporanea*, Bari, Laterza, 1979.

Ortiz, Javier. "Sobre la lucha de líneas en la República popular china", in *El Carabo*, nº 15, 1980.

6. Textos sobre a revolução cultural:

Daubier, Jean. *História da revolução cultural*, Lisboa, Editorial Presença, 1974.

Bettelheim, Charles. *Revolução cultural e organização industrial na China*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. *A China depois de Mao*, Lisboa, Edições 70, 1981.

Dinucci, Manlio. *Economia e organizzazione del lavoro in Cina*, Milão, Mazzotta, 1976.

Bonfantini, Massimo. e Marco Macciò (orgs.). *La filosofia della rivoluzione culturale*, Milão, Bompiani, 1974.

Elisabeth Perry e Li Xun. *Proletarian power – Shanghai in the cultural revolution*, Boulder, Westview, 1997.

Walder, Andrew. *Chang Chun-Ch'iao and Shanghai's january revolution*, Ann Arbor, Center for Chinese Studies, 1978.

Mehnert, Klaus. *Pekin et la nouvelle gauche*, Paris, Fayard, 1971.

CRONOLOGIA

26.12.1893 – Nascimento de Mao Tsé-tung em Shaoshan, na província de Hunan.

1904-1907 – Cursa a escola secundária.

1913 – Ingressa na Escola Normal de Changsha.

1918 – Torna-se assistente na Biblioteca da Universidade de Pequim; passa a viver com Yang Kaihui.

1919 – Passa a lecionar em Changsha.

1921 – Participa em Xangai do Congresso de fundação do Partido Comunista da China; é nomeado secretário do Partido em Hunan.

1923 – É eleito membro do Comitê Central do PCC e encarrega-se da coordenação entre o Partido e o Kuomintang.

1925-1926 – Organiza o movimento camponês em Hunan e dirige a seção camponesa do PCC.

1926 – Escreve “Análise das classes na sociedade chinesa”.

1927 – Escreve “Relatório sobre uma investigação feita no Hunan a respeito do movimento camponês”; repressão sangrenta de Chiang Kai-shek contra os comunistas; no V Congresso do PCC Mao é eleito membro suplente do Comitê Central; torna-se presidente da associação nacional dos camponeses chineses; dirige a fracassada insurreição da colheita do outono em Hunan, retira-se com os sobreviventes para as montanhas de Jinggang e funda a primeira base vermelha.

1930-1934 – Campanhas de extermínio do Kuomintang contra os comunistas.

1930 – Execução da companheira de Mao, Yang Kaihui; em dezembro, Mao se casa com He Zizhen.

1931 – Mao é nomeado presidente da república soviética fundada em Jianxi; invasão japonesa.

1934-1935 – A Longa Marcha.

1935 – Mao é eleito presidente do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista.

1936 – Mao escreve *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China*.

1937 – Fundação do governo soviético em Yen-an; formação da frente unida contra o Japão entre o PCC e o Kuomintang; Mao escreve *Sobre a prática* e *Sobre a contradição*.

1938 – Mao escreve vários textos sobre estratégia militar, dentre os quais, *Sobre a guerra prolongada*; sua esposa transfere-se para Moscou em virtude de problemas de saúde.

1939 – Mao casa-se com Jiang Qing.

1945 – Derrota dos japoneses.

1947 – Recomeço da guerra civil entre os comunistas e o Kuomintang.

1949 – Vitória do exército vermelho; Mao proclama a República Popular da China, em Pequim.

1950 – Lei sobre o matrimônio e sobre a reforma agrária.

1950-1953 – Guerra da Coréia.

1951-1952 – Campanhas contra os contra-revolucionários.

1952 – Completada a reforma agrária e a nacionalização da grande indústria.

1956 – Campanha das “Cem Flores”.

1957 – Mao escreve *Sobre a justa solução das contradições no seio do povo*.

1958 – Início do Grande Salto Adiante; formação das comunas populares; Mao se afasta da presidência da República.

1959 – Mao faz autocrítica dos erros do Grande Salto Adiante.

1960 – Divergências públicas com a União Soviética, rompimento do acordo da ajuda econômica e retirada dos técnicos soviéticos.

1960-1961 – Situação de grave penúria econômica.

1964 – Início do Movimento de educação socialista.

1965 – Início da Revolução Cultural.

1966 – Surgimento dos guardas-vermelhos; a Revolução Cultural ganha impulso.

1967 – Instalação da Comuna de Xangai; instalação dos comitês revolucionários; constituição do Shengwulian; refluxo do movimento de massas.

1968 – Expurgo da “extrema”-esquerda do Gerc; Liu Shaoqi é expulso do PCC; os guardas vermelhos são enviados compulsoriamente para o campo.

1969 – O Gerc é dissolvido.

1971 – Os comitês do PCC são reconstruídos em todo o país; Lin Biao morre em circunstâncias obscuras.

1973 – Campanha de crítica a Lin Biao.

1974 – Deng Xiaoping é eleito vice-presidente do Comitê Central e membro do Comitê Permanente do *Bureau* Político.

9.09.1976 – Morte de Mao Tsé-tung.

1976 – Golpe de Estado e prisão dos líderes maoístas (Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan, o chamado “bando dos quatro”).

SOBRE O AUTOR

Márcio Bilharinho Naves nasceu em Uberaba, Minas Gerais, em 1952. Bacharel em direito pela Universidade de São Paulo, doutorou-se em filosofia na Universidade Estadual de Campinas. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, é autor dos livros: *Marx - ciência e revolução*, São Paulo/Campinas, Moderna/Editora da Unicamp, 2000, e *Marxismo e direito - um estudo sobre Pachukanis*, São Paulo, Boitempo, 2000.